

SESSÕES DO PLENÁRIO

11ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. SANDRO RÉGIS *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. CAPITÃO TADEU *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Fábio Santana, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao 1º Secretário para fazer a leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário, *ad hoc*, deputado Sandro Régis, procede à leitura do expediente).

OFÍCIOS

Do Dep. Bira Corôa, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 02, 03, 04 e 05/03/2009, por motivo de recuperação pós-cirúrgica, conforme atestado em anexo.

Do Dep. Professor Valdeci, comunicando sua ausência na sessão do dia

18/02/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, visitantes que nos dão a honra da presença, minhas senhoras e meus senhores, desde a semana passada que a Bancada da Oposição aguarda um posicionamento por parte da Bancada do governo a respeito do Projeto de Resolução que aumenta o número de membros das comissões. Hoje tentei falar com o Líder do governo, estou aguardando porque soube, pela sua assessoria, que ele está chegando e daremos um ponto final a esta situação.

Sr. Presidente, o jornal *A Tarde*, do dia 14/03/2009, uma matéria muito bem escrita por Luana Gomes, mostra, denuncia, a falta de estrutura do setor de urologia do Hospital Roberto Santos.

Eu já tinha recebido essa informação, inclusive pelo presidente Gerson Barreto, da Acreba que diz: (lê) - *A falta de aparelhos básicos para a realização de exames prejudica pacientes renais e impede o reconhecimento da residência médica na especialidade pela Sociedade Brasileira de Urologia (SBU).*

Esses pacientes portadores de nefropatia crônica estão sendo maltratados além da sua doença, que é uma doença, realmente, que machuca, onde ele é obrigado a, semanalmente, duas, três vezes por semana, a realizar hemodiálise, aguardando, muitas vezes, por um período longo, o transplante renal que melhora substancialmente o seu quadro.

Muitos dos pacientes, com representações que fizemos ao Ministério Público, foram obrigados a nos recorrer para que o Estado fornecesse a medicação necessária. E o que é mais grave, entrei em contato com a assessoria da SBU, que informa: (Lê) - *A residência na unidade pública na área foi credenciada em 1998 e descredenciada em 2004, em reunião da Comissão de Ensino e Treinamento. “Em 2007, a unidade pediu nova avaliação, mas, por ter ainda os mesmos problemas estruturais, não foi emitido novo credenciamento”.* Que é para formação de médicos especialistas em nefrologia.

(Lê) *O Sr. Secretário estadual de Saúde, Jorge Solla, aponta a Comissão Nacional de Residência Médica como principal autoridade responsável no reconhecimento dos médicos residentes.*

“Não é a SBU que impede a prática profissional” assinala.

No entanto um urologista que trabalha há duas décadas no hospital, e não quis se identificar, contrapõe que, mesmo não impedindo que os residentes do Roberto Santos exerçam a profissão, “a SBU é uma entidade de respeito no meio

médico, cujo certificado de especialização conta muito aos profissionais da área. Quem não tem o título está em desvantagem”.

A SBU, por sua vez, explica que o “problema a ser enfrentado pelo residente que faz curso em unidades descredenciadas pela SBU está na prova de títulos da entidade, na qual o médico certamente não conseguirá atingir a pontuação necessária para angariar o título de especialização”.

Portanto, Sr. Presidente, precisamos de especialistas em nefrologia. Há a necessidade de o Estado, quando digo estado quero me referir à Secretaria da Saúde, reestruturar o serviço a fim de que possamos ter especialistas em nefrologia.

Acho que nosso secretário deve acabar com esta briga, que deve ser talvez ideológica, ao que ele é muito afeito, muito chegado. Ele é mais ideológico do que secretário de Saúde do Estado, lida mais com a política partidária do que com a política apartidária do nosso estado, prejudicando, dessa maneira, os pacientes nefropatas crônicos do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Misael Neto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MISAEL NETO:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, membros da imprensa presentes, pessoas que acompanham nesta tarde, hoje, deputado Leur, amanhecemos com uma notícia preocupante.

Ontem, na Ilha de Itaparica, o delegado José Magalhães, principal arma de combate à criminalidade naquele local, foi procurado e ameaçado de morte por bandidos. Consta no site de *A Tarde*: “Bandidos tentam matar delegado Magalhães,” deputado Heraldo:

(Lê) “*Quatro homens invadiram, no início da noite de domingo (15), o Centro de Treinamento de Líderes, na Ilha de Itaparica, convento onde está hospedado o delegado titular da 19ª Circunscrição Policial (CP), José Magalhães. Segundo ocorrência registrada às 18h20 pelo policial militar Alex Barbosa, os bandidos entraram em todos os 42 apartamentos do abrigo religioso à procura de Magalhães. Armados de escopetas e pistolas, deixaram o convento sem levar nada, depois que funcionários do Centro lhes informaram que o delegado não estava presente. Alguns apartamentos, cujas chaves não se encontravam no abrigo, foram arrombados. Em Salvador nesta segunda, Magalhães confirmou a história e classificou a tentativa de atentado como 'terrorismo'. 'Queriam me matar. Já mandei investigar para identificar os elementos', afirmou o delegado. Magalhães assumiu a delegacia de Itaparica no início de fevereiro para combater a criminalidade local, cujo ápice foi o assassinato do empresário Abel Aguilar, 36 anos, que resultou na exoneração do então delegado titular Ruy Araújo*”.

Então, é essa a nossa preocupação, deputado Sandro Régis. V.Ex^a já intitolou este governo de DVD, e, mais uma vez, vemos aqui o governo da violência prevalecer. Primeiro, curiosamente, vemos que o delegado Magalhães está abrigado

num convento, o que mostra a falta de compromisso e da estrutura mínima para que o aparato policial possa desenvolver seu trabalho. O delegado Magalhães, que, por sorte não estava nesse recinto, nesse convento, escapou de ter sua vida tirada de forma violenta. Então fica a nossa preocupação em ver a falta de compromisso do governo do Estado.

Essa notícia já está nos principais *blogs*, no *site* de *A Tarde*, e, amanhã, creio, terá uma grande repercussão até mesmo nacionalmente, porque há falta de respeito da criminalidade com a instituição policial.

Deputado Capitão Tadeu, a preocupação de V.Ex^a, quando fez um discurso mais forte aqui, prevalece. Enquete do *blog* de Samuel Celestino: “PM desmoralizada na Bahia.”

Toda essa pirotecnia que foi criada com a prisão do ex-comandante geral, coronel Santana, vem a enfraquecer, a desgastar a imagem da Polícia Militar. Infelizmente, alguns companheiros de V.Ex^a não vêem o seu discurso pelo lado da preocupação de fortalecer a Polícia Militar. Pelo contrário, acham que é o discurso de uma “ovelha desgarrada” do governo do Estado. Creio que não é isso. Creio que V.Ex^a, que muito bem representa aqui a Polícia Militar, desde o soldado às patentes mais altas, pela relação estreita que tem com a Polícia Militar, fez um discurso na semana passada com muita clareza. Gostaria de que V.Ex^a, se possível, viesse a esta tribuna na tarde de hoje para rebater as críticas e desfazer essa imagem que foi passada para a sociedade de desmoralização da instituição Polícia Militar.

É isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Gildásio Penedo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa presente, membros da Secretaria da Fazenda que ocupam as Galerias, a minha fala no dia de hoje é para chamar a atenção do governo baiano em relação às rodovias baianas, de modo especial as do Nordeste do nosso Estado.

Estive neste último final de semana na região Nordeste e percebi um agravamento, deputado Álvaro Gomes, das rodovias baianas que cortam aquele importante trecho do nosso Estado. V.Ex^a é um deputado que começa a migrar para o Nordeste da Bahia, inclusive teve um dos seus partidários eleitos no município de Heliópolis, pelo PC do B, e sabe da lamentável situação em que se encontra a BA-393 no trecho que liga a BR-110 à divisa do Estado sergipano.

As obras foram iniciadas, deputados Álvaro Gomes e Sandro Régis, no final de 2006, inclusive com máquinas trabalhando no processo de recuperação, mas, estranhamente, lamentavelmente, foram suspensas. Já estamos no ano de 2009, e o comprometimento é generalizado naquela importante rodovia. Infelizmente, não é uma situação isolada daquele município.

Neste último final de semana, trafegamos pela BA-220 que liga, deputado Heraldo Rocha, a BR-110 à divisa com o Estado de Sergipe, passando pelos

municípios de Fátima, Paripiranga até a divisa com o município de Simão Dias, no Estado sergipano. É lamentável também a situação daquela rodovia importante, ela é de escoamento agrícola daquela região. É lamentável o estado daquele trecho, deputado Álvaro Gomes, como também é lamentável o estado do trecho da BA-392 que liga a BR-110 ao município de Novo Triunfo, também no Nordeste baiano.

Portanto, refiro-me a três importantes rodovias, somente na região Nordeste, que estão em situação extremamente precária, deputado Heraldo Rocha. Não se pode falar que não existem recursos porque eles existem. Neste governo, há um financiamento importante de um projeto denominado Premar – Programa de Recuperação da Malha Rodoviária do Estado da Bahia. É um projeto financiado pelo Banco Mundial na ordem de 180 milhões de dólares. É um projeto, deputado Álvaro Gomes, que V.Ex^a não ajudou a construir, como não ajudou a construir a Bancada do PT naquela época, porque foi um projeto apresentado pelo governo passado, com financiamento junto ao Banco Interamericano, que teve a sua aprovação graças à base governista daquela época. Estranhamente, membros do PT, PCdoB, a exemplo do virtuoso deputado Álvaro Gomes, tinham naquela época a oportunidade de poder dar uma contribuição importante ao resgate da malha rodoviária baiana, mas se dependesse dos votos dos petistas e dos comunistas não teria passado de um sonho, porque V.Ex^{as} votaram contra, mesmo um projeto dessa envergadura e dimensão.

Esse projeto que nasceu no passado teve sua concretização e, olhem o destino, nas mãos do governo Jaques Wagner que pode desfrutar de 180 milhões de dólares para a recuperação de diversas e importantes rodovias baianas. Lamentavelmente, na região Nordeste, deputado Heraldo Rocha, ainda não chegou sequer um centavo para a recuperação dessas rodovias importantes.

Portanto, quero apelar aqui com todo o respeito ao governador Jaques Wagner, ao Secretário de Infraestrutura, mas principalmente aos deputados que são votados naquela região, deputado Heraldo Rocha, que têm compromisso, a exemplo do presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, homem que tem fortes ligações com o lugar, é filho daquela região. O deputado Álvaro Gomes que descobriu o Nordeste recentemente precisa trazer soluções enérgicas e eficientes. Não é justo que com um projeto da envergadura de 180 milhões de dólares financiados junto ao Banco Mundial, não se possa dar a atenção devida àquela região que tem na sua produção agrícola e na atividade econômica um braço importante e, efetivamente, o comprometimento dessas estradas agrava e prejudica toda a economia local e regional.

Portanto, quero apelar, deputado Álvaro Gomes. V.Ex^a tem hoje condição de fazer e dar um grande presente àquela região, e terei a tranquilidade de vir aqui elogiá-lo; é inteiramente importante nesse momento que juntemos as forças, desprovidos de qualquer sentimento de vaidade ou de questão político-partidária, não é justo que uma importante região da nossa Bahia seja tão duramente castigada com rodovias em péssima situação. Nesse momento é lamentável, é preocupante que em três anos, infelizmente, não se viu ainda um tipo de estrada, uma ação efetiva na recuperação daquelas rodovias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Galerias Paulo Jackson, amigos da *TV Assembleia*, caro líder de nossa Bancada, para nosso orgulho, deputado Heraldo Rocha, ficamos abismados com as notícias que a imprensa veicula nesse momento, deputado Paulo Azi, após a visita do Ministro da Saúde em nosso Estado.

Temporão culpa governos estadual e municipais pelo avanço da dengue na Bahia. Quem diz que o Secretário Solla e a política estadual de saúde são incompetentes não é mais a Bancada de Oposição, quem afirma, caro amigo, deputado Gildásio Penedo, é o Ministro da Saúde do nosso País.

“O Ministro da Saúde José Gomes Temporão criticou a postura dos governos estadual e municipais no combate à dengue. Segundo o ministro, apesar do apoio da União, que enviou 40% dos recursos para o combate à dengue e treinou profissionais, o governo do Estado não conseguiu impedir que a doença se espalhasse pela Bahia. Temporão disse ainda que a descontinuidade administrativa após as eleições municipais foi um dos fatores que permitiu o avanço da dengue. Política Livre. Segunda-feira, 16 de março de 2009.”

Site Bahia Notícias: Ministro diz que a Bahia ignorou alerta da dengue. O Ministro da Saúde José Gomes Temporão fez duras críticas aos administradores públicos baianos, fossem eles estaduais ou municipais. *Para o titular nacional da Pasta, o estado ignorou”... – deputado Heraldo Rocha – o Estado – que o deputado Paulo Câmara sempre defende –“(...) ignorou os alertas dados pelo ministério ao longo do ano passado e foi incapaz”... – quem é incapaz é incompetente – “(...) foi incapaz de impedir a epidemia que se espalha pelo estado.”*

Quem fala isso, deputado Paulo Câmara, é o ministro Temporão. O ministro Temporão veio à Bahia hoje e diz que o Estado da Bahia foi incompetente e incapaz de, deputado Heraldo Rocha, conter a epidemia de dengue em nosso Estado mesmo enviando 40% dos recursos e fazendo um trabalho de treinamento de mão-de-obra. Isso não é mais os deputados de Oposição quem fala. Quem assim critica é o ministro que é do presidente Lula, que é do PT, que é do mesmo partido do presidente, que é do mesmo partido do secretário. Então, prova que o PT não sabe cuidar de saúde.

O PT atrapalhou e afundou a saúde de Salvador na gestão do prefeito João Henrique. O mesmo PT de hoje é o PT que o ministro chama de incompetente. É o PT da propaganda. É o PT da mentira. É o PT da enganação. Mas é o PT que eu sempre digo aqui, deputado Heraldo Rocha, é o PT da incapacidade.

É o PT quem tem o governador DVD que significa dengue, violência e desemprego. É este o PT que nós temos e é este o governador que nós temos, ou seja, o governador DVD e o governo incompetente, porque... Se fosse um ministro de partido diferente ou se fosse um ministro de um presidente não alinhado ao Estado –

como nós passamos quatro anos no governo Paulo Souto –, aí poder-se-ia dizer que uma declaração dessa fosse política ou uma declaração que iria isentar o governo federal e jogar a responsabilidade para o Estado. Mas não. Esta é uma declaração partidária onde o governador faz parte da base alinhada do presidente; onde o secretário é do mesmo partido do presidente que é do mesmo partido do governador.

Então, fica claro que, depois dessas declarações do ministro Temporão, nós tínhamos razão desde o primeiro dia que assumimos o nosso papel de Oposição em nosso Estado. O governo é incompetente. O governo vive de propagandas enganosas e mentirosas. E, agora, o ministro dá atestado de incompetência e incapacidade deste governo para a Bahia e para os baianos.

Infelizmente, a Bahia hoje tem um governador DVD que é governador da dengue, da violência e do desemprego. E o governo do PT é incompetente e incapaz. É um governo que não diz a verdade à Bahia e aos baianos.

Meu muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, há tantos assuntos aqui para tratar. Porém, sou forçado, mais uma vez, a voltar ao assunto em pauta inclusive com votação prevista para esta semana que é o projeto de resolução encaminhado pelo Líder do Governo esta Casa, deputado Waldenor. É um projeto de resolução que, nunca, na história da Assembleia Legislativa da Bahia, qualquer governador teve a coragem, repito, a coragem para resolver os seus problemas ou os problemas de sua bancada querendo dar um desgaste político para a Assembleia Legislativa da Bahia.

Eu tenho a plena convicção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até para que isso fique registrado na história da Assembleia Legislativa como um dos episódios mais tristes que esta Casa viveria.

Depois, deputado Sandro Régis, de termos instalado todas as comissões técnicas da Casa, querer mudar o número de componentes, deputado Álvaro Gomes, apenas e tão-somente para colocar mais um membro do PT na comissão e não ficar na dependência de partidos que o governador hoje entende que não são leais à Bancada.

Não sou governador, mas se fosse ia estar olhando o passado. Há muitas formas de se agir. Se eu fosse, deputado Heraldo Rocha, sabe o que eu faria? Colocaria fora da base do governo os partidos em eu não pudesse confiar. É a medida mais simples.

Já tivemos aqui na Casa correlações de forças muito mais apertadas do que a atual. São 48 parlamentares, deputado Capitão Tadeu, 48 contra 15. Como é que o governo pode ter medo de 15 se tem 48? Não há justificativa. Se há esse problema e há forma de resolver, que se resolva.

Tenho certeza absoluta, deputado Álvaro Gomes, de que, se o governador tem desconfiança de parte de sua Bancada, retire da sua Bancada esses partidos. Aí, sim,

de fato, aqueles que ficarem com o governo serão leais, e vão cumprir com as orientações que o governo quiser, votando os projetos aqui sob a orientação do governo. É muito fácil, deputado Heraldo Rocha, são 48 contra 15, o rolo compressor faz o que quiser. Faça o que quiser, com os que estiverem leais. Não pode envolver a Assembleia Legislativa para envergonhá-la, expor deputados, mesmo da base do governo, para votar algo que vai denegrir a imagem da Casa. Cadê a democracia, cadê a transparência?

Não pode, deputado Álvaro Gomes, não pode. Está errada a forma de resolver o problema, lhe garanto. Nós tivemos correlação aqui, e V.Ex^a, se não me engano, já estava na Casa, de 38 contra 25, e não deixamos de votar nenhum projeto em que o governo tinha interesse. Como é que 48 contra 15 não conseguem votar?

Tem que tirar a imagem da Assembléia, fazer com que deputados votem, joguem o Regimento Interno fora, que rasguem o Regimento. Se eu não tivesse amor a esta Casa, deputado Álvaro Gomes, eu até ia permitir, porque eu teria discursos, nesses dois anos, para falar do governo da transparência, do governo que se diz republicano, para falar sobre o governo que se diz democrático, e expõe a sua base de uma maneira vergonhosa, para mudar a regra do jogo.

Eu quero que me apontem aqui, deputado Álvaro Gomes, uma só Assembleia dentro de nosso País, na história de nosso País, em que depois de jogado o jogo, de ter terminado o tempo de prorrogação do segundo tempo, querer mudar, porque não confia na sua base.

A Assembleia não é independente? Que discurso vago é esse de que “nunca na história se fez isso e isso?” Nunca na história digo eu, Álvaro Gomes. Nunca na história da Assembleia houve um governador que teve a coragem, a petulância de fazer com que os deputados se desmoralizassem, sobretudo de sua base.

Vou usar o Grande Expediente hoje, deputado Heraldo Rocha, e vou tratar deste assunto ainda. Tenho sugestões para apresentar, mas o que não se pode é resolver um problema que é do governo jogando-o para a Assembleia Legislativa, jogando com o único instrumento que nós temos nesta Casa, que já dura 24 anos, totalmente ultrapassado, é verdade, que é o Regimento Interno.

Mas voltarei a este assunto no Grande Expediente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre orador, deputado Álvaro Gomes, representante do PCdoB na Bahia e no Brasil.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes aqui, quero saudar os fazendários que se encontram nas Galerias Paulo Jackson, acompanhando os trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, na expectativa da votação do projeto que, sem dúvida alguma, vai modernizar a Fazenda do nosso Estado.

Continuem acompanhando até o dia da votação, para que possamos ter um amplo debate e o projeto seja aprovado definitivamente.

Nobre deputado Paulo Azi, na quarta feira V.Ex^a fez uma pergunta, um questionamento e eu precisei verificar para responder-lhe. V.Ex^a questionou sobre a

possibilidade de terem desaparecido do *Transparência Bahia* todos os contratos da Polícia Militar referentes ao ano de 2008. Naquele momento, eu não havia acessado o *site*, portanto, não poderia dar-lhe a resposta. Mas na quinta-feira mesmo eu já dispunha da resposta, mas não abordei o assunto nesse dia porque queria que a resposta fosse dada diretamente a V.Ex^a. Aqui, posso responder com tranquilidade que o *Transparência Bahia* continuou com suas operações normalmente, apresentando todos os contratos, sem retirar absolutamente nada do ar.

Para ter acesso aos dados, talvez tenha sido esse o engano ou a dúvida, é preciso acessar o *Transparência Bahia/Secretaria da Segurança Pública* e dentro de Secretaria da Segurança Pública se encontrará todas as operações relativas à Polícia Militar.

Só para se ter uma idéia, vou ler uma matéria do jornal *Correio da Bahia* de 12 de março de 2009, cujo título é: “Lobista tem mais seis contratos sob investigação”.

No segundo parágrafo, o repórter coloca o seguinte:

(Lê) “Uma fonte ligada à investigação do caso informou ao CORREIO possuir indícios de que Junqueira não usava apenas a Asserv Empreendimentos e a Central de Negócios para superfaturar contratos com a PM, o Corpo de Bombeiros e a Guarda Municipal. Através de dados obtidos no site *Transparência Bahia*, que concentra informações de compras feitas por órgãos do estado a partir de 2006...”

Esses dados da matéria do *Correio da Bahia* foram retirados do *site Transparência Bahia*.

V.Ex^a fez um questionamento e, naturalmente, estou respondendo aqui que todos os contratos continuam no *site*, contendo informações de qualquer órgão do Estado. O próprio *Correio da Bahia* é testemunha disso e coloca em suas páginas.

Espero ter-lhe respondido a respeito do escândalo, da denúncia de fraude envolvendo coronéis da Polícia Militar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o nobre deputado Álvaro subiu a esta tribuna há pouco para tentar trazer as informações a respeito do questionamento que fiz aqui na última semana.

Eu tenho dito, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que o *site Transparência Bahia* é muito mais uma peça de *marketing*, de propaganda do que, propriamente, uma imagem de transparência desse governo. É um avanço, é inegável que é um avanço. Mas é um avanço constituído para que o governo possa, mais uma vez, faturar politicamente.

Questionei, deputado Álvaro, porque, se V.Ex^a entrar no *site Transparência Bahia*, vai verificar facilmente que o *link* para acessar as informações relativas à Polícia Militar encontra-se sem nenhuma informação.

Depois que fiz a denúncia, deputado Álvaro, coincidentemente aparece nesse *site* uma informação: “vide SSP - Secretaria da Segurança Pública”. E fiz esses

questionamentos não por nenhum tipo de maldade, mas pelo simples fato de que procurei no tal *site* as informações referentes a esse fato lamentável que ocorreu com a Polícia Militar.

V.Ex^a, deputado Álvaro, pode me ajudar. Sabe que todos os jornais divulgaram que a concorrência, a licitação que está sob suspeição refere-se a uma compra de veículos, se não me engano, com manutenção, cujo contrato foi celebrado com uma empresa de um outro Estado. Se não me engano, a Júlio Simões.

Pois bem, deputado Álvaro, tive a curiosidade de acessar o *link* da Polícia Militar e também o da Secretaria da Segurança Pública. E estranhamente - aí volto a pedir uma informação do senhor - não consta nenhum pagamento desse governo à empresa Júlio Simões. Ela, que teria sido contratada por esse contrato sob suspeição, pelo *site Transparência Bahia* não recebeu um único centavo deste governo.

Mais uma vez quero pedir-lhe que, se possível, traga essas informações a esta Casa porque, efetivamente, são muitas as informações... Aliás, a falta de informações com relação a este caso, deputado Heraldo Rocha. Não sei se algum parlamentar aqui pode me informar, talvez o nobre deputado Capitão Tadeu, que conhece muito a Polícia Militar... Não sei se algum deputado pode me informar quem efetivamente fez essa licitação. Não consegui encontrar essa informação no *site Transparência Bahia*.

Quem fez a licitação, deputado Sérgio, foi a Polícia Militar ou a SAEB, já que as informações que constam dos jornais são de que o edital estava sendo tratado entre a Procuradoria Geral do Estado e a SAEB?

São informações que eu gostaria de solicitar às Lideranças do governo nesta Assembleia com o único intuito de esclarecer, com o único intuito de definitivamente mostrar à opinião pública quais foram efetivamente, os casos desse triste episódio que infelizmente manchou a imagem da nossa briosa Polícia Militar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o próximo orador, deputado Edson Pimenta. Gostaria de convocar o deputado Rogério Andrade para assumir a Presidência da Mesa.

O Sr. EDSON PIMENTA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Funcionários desta Casa, Srs. Fazendários presentes aqui nas Galerias Deputado Paulo Jackson, a quem gostaria de parabenizar pela mobilização permanente na defesa do importante projeto, tenho certeza de que esta Casa aprovará esse projeto pela justeza da reivindicação dos senhores de ampliarem o serviço de fiscalização no nosso Estado para melhorar a arrecadação do Estado e prestar um serviço de maior qualidade para a nossa população. (Palmas)

Segundo o nosso colega de Bancada, deputado Javier Alfaya, no dia 24 deste mês, esta Casa, com certeza, estará aprovando esse projeto, que é de interesse de toda a sociedade baiana. (Palmas)

Sr. Presidente, eu quero aqui registrar os esforços que a Secretaria da Saúde do Estado tem feito para enfrentar o problema da dengue no nosso Estado. Os dois

municípios, que até agora tiveram o maior número de óbitos, Porto Seguro e Itabuna, estão enfrentando toda essa situação, que ocorreu em virtude do descaso dos gestores passados.

No município de Itabuna, o dinheiro que deveria ser investido nos agentes de endemias e na compra de equipamentos para melhorar a fiscalização e o atendimento à população foi desviado e, aí, o surto de dengue atingiu o município, já com 5 óbitos.

Mas, graças à ação emergencial da Sesab, não há nenhum óbito registrado, em Itabuna, nos últimos 5 dias. Inclusive, quero aqui registrar o empenho direto do secretário da Saúde, Jorge Solla, que se transferiu para Itabuna para enfrentar o problema.

Em Porto Seguro, a situação se repetiu, foram 5 óbitos, frutos da situação deixada pelo gestor passado, que entregou a Secretaria da Saúde inchada de servidores, com custo excessivo de pagamento de horas extras e vantagens a servidores, que ao invés de estarem nas ruas combatendo a dengue e prestando serviços à população, ficavam nos gabinetes usufruindo de vantagens pessoais.

As ações, tanto do secretário da Saúde de Porto Seguro, Dr. Roberto, quanto da Sesab, em Itabuna, nos tranquilizam e deixam claro que o problema da dengue só pode ser enfrentado com a participação de todos e com os recursos públicos para garantir que os agentes de endemias possam desenvolver o seu trabalho com uma melhor qualidade.

Neste momento, quero parabenizar o secretário Solla, que, hoje, inclusive, realiza um encontro com todos os municípios do nosso Estado para discutir as ações para melhorar a saúde pública no nosso Estado e em todos os seus municípios.

Sr. Presidente, quero aqui também registrar a satisfação de ter participado, sexta-feira, juntamente com o superintendente da Sudesb, o companheiro Bobô, do ato de assinatura para o início das obras de construção do Ginásio Robertão, em Teixeira de Freitas, que será o maior investimento no esporte, depois de Pituaçu, desenvolvido pelo Estado.

Essa é uma prova de que o nosso governo compreende que o esporte é necessário para a inclusão social e não mediu esforços para aprovar a nossa reivindicação para a construção do Robertão, deputado Bira.

Foi excelente a mobilização de todos os desportistas da cidade, como também a perspectiva de, em 6 meses, entregar um estádio com capacidade de 3.500 pessoas, segundo os recursos destinados pelo Estado de 1 milhão e 100 mil. Com a contrapartida do Estado e a participação de uma emenda parlamentar federal, essa capacidade será ampliada, e nós teremos, em Teixeira de Freitas, grande e importante cidade do Extremo Sul, um estádio com capacidade de 7 mil pessoas sentadas e uma grande praça desportiva.

Quero parabenizar também a Sudesb, o nosso companheiro Bobô, a Secretaria de Trabalho, o secretário Nilton Vasconcelos e o governador Wagner, por terem atendido a um importante pleito da sociedade e dos desportistas de Teixeira de Freitas.

Tenho certeza de que ações como essa se espalharão por todos os cantos da Bahia porque o Governo de Todos Nós se preocupa com a saúde, com a água e também com a inclusão social através do esporte. (Palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Grande Expediente.

Para fazer uso da palavra, o deputado Gaban, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, como prometi, vou voltar ao assunto do projeto de resolução. Mas antes, pelo visto, deputado Álvaro Gomes e deputado Edson Pimenta, pedi até para que ele permanecesse um pouco aqui, porque tenho a obrigação, deputado Edson Pimenta, nada contra, repito, os Agentes de Tributo, mas eu tenho a obrigação, com o juramento que fiz na Constituição do Estado da Bahia Eu gostaria que alguém me esclarecesse, deputado Bira Coroa, a que sociedade interessa esse projeto enviado para cá pela Secretaria da Fazenda? Que benefício traria para a sociedade baiana? Aponte-me um benefício. Estou atrás.

Aliás, ando intrigado, deputados Edson Pimenta, Álvaro Gomes e Bira Coroa, fui procurado na semana passada por um dos membros da Bancada da Maioria, deputado Paulo Câmera, que me propôs que fizéssemos uma reunião, desprovidos, todos nós, de pensamentos ou decisões preconcebidas, que sentássemos à mesa 4 Srs. Parlamentares que tivessem essa intensão, deputado Bira, V.Ex^a acho que é testemunha disso, para que sentássemos 4 deputados, o presidente do Sindsefaz e o presidente do IAF, e até agora não sentou. Concordei na hora, porque o meu interesse é esclarecer. Eu não posso, deputado Bira, questão de consciência.

Eu tenho aqui em mãos um projeto idêntico, Srs. Servidores, que foi encaminhado pelo governo de Rondônia e chegou à conclusão, pelos posicionamentos da Procuradoria Geral da República, de que este projeto era inconstitucional. Retirou o projeto. Tenho aqui em mãos, já apresentei para esta Casa, um projeto similar em relação ao governo do Ceará. Dia 18 de dezembro de 2008, o Supremo Tribunal Federal considerou, por unanimidade, inconstitucional. Está aqui a decisão, o Tribunal julgou inteiramente procedente a ação direta que foi movida pelo procurador-geral da República. Tenho aqui em mãos um ofício encaminhado pelo presidente da OAB, dizendo que o projeto é inconstitucional. Tenho aqui a manifestação do Ministério Público, que além de dizer que é inconstitucional, faz algumas recomendações ao Exm^o Sr. Governador Dr. Jaques Wagner.

Inclusive, deputado Bira, em alguns pronunciamentos, até fiz ressalvas. Quando esse projeto foi encaminhado aqui para esta Casa, no dia 19 de dezembro, é óbvio que ele já tinha sido discutido tanto pelo Sindsefaz e IAF há muito tempo, mais de um ano de discussão. Quando o governo encaminhou para cá, dia 19, é lógico que ele não tinha noção nem conhecimento desse julgamento que foi feito pelo Supremo Tribunal Federal. Mas depois de ter o conhecimento de uma decisão do Supremo

Tribunal Federal, do que fez o governo de Rondônia, que retirou o seu projeto, da manifestação da OAB e do Ministério Público, seria no mínimo leviano e irresponsável a atitude de parlamentares desta Casa, onde todos nós juramos respeitar a Constituição do nosso Estado, pelas razões expostas em duas Adins promovidas pela Procuradoria Geral da República, que o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional, e a OAB o Ministério Público se manifestarem contra, dar andamento a esse projeto na forma que está. Se fizermos isso, estaremos desrespeitando o juramento que fizemos no Tribunal Regional Eleitoral quando assumimos este mandato.

Não quero polemizar e politizar este projeto, por isso que em todos os momentos mostro esses pareceres jurídicos de entidades que não podem, de maneira nenhuma, ser colocados sob suspeita.

Quem vai duvidar do Supremo Tribunal Federal? Não vamos acreditar no que diz o presidente da OAB, que pediu a manifestação da área jurídica da entidade para mandar esse ofício à Presidência desta Casa? Vamos desacreditar do Ministério Público do nosso Estado? Aí que fica a indagação: por que essa comissão que nós propusemos – que propusemos não, que vieram me propor e eu acatei de imediato, deputado Bira –, formada pelo Sindsefaz, IAF e quatro parlamentares, não senta e discute, de uma maneira aberta, uma forma de ajudar os agentes de tributos que não fira a Constituição do nosso Estado, que não fira a decisão do Supremo Tribunal Federal, que não fira todas alegações levantadas pelo Ministério Público e pela OAB?

Repito, por que não senta? Também no sentido de ajudar, fiz uma outra proposição para que se colocasse no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Vamos chamar a OAB – que deu este parecer contrário, está aqui! –, o Ministério Público e o procurador geral do Estado da Bahia, que deu parecer favorável. Vamos chamar o Sindsefaz e o IAF. Enfim, vamos discutir de uma maneira clara e aberta.

O MP e a Ordem dos Advogados vão dizer por que consideram inconstitucional. O procurador geral do nosso Estado teria também os argumentos dele – e deve tê-los – para dizer que é legal, que é constitucional. Não podemos desrespeitar a Constituição, que nós juramos respeitar.

Tendo conhecimento, não podemos dar tramitação. E chegam todas as informações. Tenho aqui, inclusive, cópia de projetos; procuro estudar os projetos que vêm para esta Casa. Tenho aqui ações movidas por ex-diretores e diretores do Sindsefaz querendo, na Justiça – isso parece-me que já foi negado em algumas oportunidades –, assumir as funções dos auditores fiscais. A Justiça negou antes mesmo da decisão do Supremo Tribunal Federal. Tenho aqui o parecer do procurador geral do Estado, Dr. Rui. Ele se baseia no relatório técnico apresentado pelo assessor especial Jorge Wilton Pereira de Jesus.

Conheço o Dr. Jorge, que assumiu durante 16 anos, com muita competência, uma diretoria do Sindsefaz. Mas não pode ele próprio – me parece, não tenho a plena convicção de que ele entrou na Justiça para ter também os direitos... Não foi? Mas diretores do Sindsefaz, vocês querem nomes? Vou apresentá-los. Os diretores do Sindsefaz querem nomes? Vou apresentá-los. Gostaria...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Srs. e Sr^{as} presentes às Galerias, o deputado precisa concluir o pronunciamento!

O Sr. GABAN:- É até interessante. Quem são os Srs. Eric Bragança Nogueira, João Luís Gomes da Silva, Luís Henrique Guimarães Brandão, Milton Luís Chagas da Fonseca, Rubens Deusdete Santiago Filho? Eles recorreram à Justiça para conseguir esse direito que não lhes foi dado, e agora há um projeto já com a manifestação da inconstitucionalidade.

Vou mais adiante: O procurador-geral fez o seu parecer calcado no relatório do assessor especial Jorge Wilton Pereira de Jesus, que, por 16 anos, se não me falha a memória, foi presidente do Sindsefaz. Vou mais adiante ainda, que meu intuito é o debate. Por isso, gostaria de ter uma reunião aberta com todos, para debater o que é certo e o que é errado.

Esse relatório elaborado pela procuradora Ana Dulce Câmara, que adota integralmente... Estou tentando, mas não consegui ainda, o relatório elaborado por essa procuradora. Mas, pelas informações que tenho ele acata o relatório, mas não as conclusões a que a eminente procuradora chegou. Será que esse jogo está sendo posto com a clareza e a transparência que se fazem necessárias? Se assim não fosse, deputado Álvaro Gomes e deputado Bira, por que não sentamos...?

Vamos chamar, aliás, quando da instalação da Comissão de Constituição e Justiça, na semana passada, indaguei ao presidente dela, o deputado Zé Neto – e estou com a cópia da fita –, sobre o tramite que iria ser dado a esse projeto já que havia posições antagônicas, uma do Sindsefaz e outra do IAF, uma da OAB, do Ministério Público, do Supremo Tribunal Federal e outra da Procuradoria do Estado da Bahia. E ele me respondeu, e está gravado, que o prazo para apresentação de emendas encerrou-se dia 5. Nem vi as emendas que foram apresentadas, mas, na próxima reunião da Comissão, amanhã, veremos as emendas apresentadas e, a partir daí, estabeleceremos a tramitação que vai ter esse projeto.

Posteriormente, volto ao assunto, de Paulo Câmara, aí já na presença do deputado Zé Neto. Procuraram-me para que sentássemos, de imediato, de pronto. Vamos sentar, sim, quero esclarecimentos, pois não sou advogado, sou engenheiro, e, por isso, os cargos que exerci, na minha vida pública, fizeram com que tivesse a necessidade de aprender alguns conceitos básicos da área jurídica. Mas não sou especialista, só me baseio, pois, no que chega as minhas mãos, nas pesquisas que tenho feito, nas informações que me têm chegado. É por isso que não entendo, deputado-presidente, querido amigo, por que fugir de um debate? Por que não se sentam o procurador-geral, o secretário da Fazenda, a OAB e o Ministério Público para esclarecer, já que membros do Supremo não virão para cá, já que não se faz necessário!

Para esclarecimento de nós parlamentares, é mais do que suficiente um debate entre eles no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, que é responsável nesta Casa para dizer se os projetos são ou não constitucionais. Como é que os senhores parlamentares vão votar sem ter profundos conhecimentos jurídicos, se não houver o embate jurídico para que possam acompanhar... e chegar a uma conclusão? Estranha-

me muito a ausência de um debate franco e aberto. Tenho visto e ouvido embates nas rádios, na televisão, nos jornais, mas é aqui que a Casa tem que fazer o debate! Não adianta pegarmos informação de um ou de outro, seja lá de quem for. Não quero entrar no mérito da questão se é um sindicato ou outro, pois isso não me interessa, pois o que interessa, sim, é a gente votar com consciência.

Ninguém, até hoje, deputado Álvaro Gomes, apesar da maior boa vontade que tenha tido, apresentou o arrazoado de conclusões que o procurador tinha. Ninguém veio para me esclarecer, se fosse o caso, para mostrar que as alegações da OAB, do Ministério Público, do Supremo Tribunal Federal estão erradas. Ninguém. Já vim dezenas de vezes tratar deste assunto. Mais ninguém trata dele do ponto de vista jurídico.

Que benefícios a sociedade baiana teria com esse projeto? A premissa apresentada de que seria um combate à sonegação é uma premissa falsa. E por quê? Porque os pequenos e microempresários do Estado da Bahia, que são em torno de 140 mil, são responsáveis pela geração de apenas 4% da receita. Não se combate sonegação de impostos fiscalizando 4% da receita. Não se combate a sonegação de impostos fiscalizando 4% da receita. Ela só seria combatida, se é que existe, como há um segmento afirmado, se fôssemos investigar as empresas de maior arrecadação.

Vamos pegar, por exemplo: a Petróleo Brasileiro, a Petrobrás, que é responsável por 23,77% da receita, a Coelba, que é responsável por 9,94%, a Telemar, que responde por 5,81%, a Primus Schincariol, que representa 2,3%, a Brastemp, 1,9%, a Companhia de Bebidas Ambev, 1,5%, aproximadamente, a Vivo, 1,4%, a Tim Nordeste, 1,20%, a Companhia de Bebidas das Américas, Ambev também, 1,17%, a Empresa Brasileira de Telecomunicações, em torno de 1%. As dez maiores empresas de nosso estado são responsáveis pela arrecadação de 50%. Nesse caso, sim, teríamos que verificar se existe sonegação.

Se quisermos pegar as 20 maiores empresas, gerariam em torno de 60 por cento da arrecadação, e nesse caso nós poderíamos, sim, combater a sonegação.

Não se pode querer prejudicar, sob uma premissa falsa de combate à sonegação, quem gera 700 mil empregos na Bahia em uma hora em que a preocupação de todos nós é a manutenção dos empregos existentes em nosso Estado, porque na hora de uma crise em que vemos empresas do Pólo fechando, indo embora, empresas como a Dow, que já demitiu, várias empresas concedendo férias coletivas, seria irresponsabilidade nossa, diante de pronunciamentos e manifestações de governadores de outros Estados, Supremo Tribunal Federal, OAB e Ministério Público, dar andamento a esse projeto sem uma discussão mais ampla. Se quisermos ajudar um ou outro segmento da Fazenda, temos a obrigação de fazer isso. Eu já disse uma vez e vou repetir. Considero, pessoalmente, que há duas estruturas que são fundamentais, que são as colunas de qualquer governo: os procuradores, que são responsáveis pela licitude dos atos praticados por qualquer governo, pois os governos passam, mas sua estrutura fica. São eles os responsáveis por fazer a defesa do governo, que na maioria das vezes vai competir nessas ações judiciais que envolvem

milhões de reais. Eles enfrentam escritórios altamente preparados e remunerados. O número de vitórias dos procuradores do nosso Estado tem sido um número fantástico, para a nossa alegria. Esta Casa cumpriu sua obrigação quando da convocação extraordinária, aprovando um projeto de reestruturação total dos procuradores, que a partir de agora terão salário digno! Se eles já cumpriam sua obrigação com um salário extremamente inferior ao do mercado de trabalho, agora vão fazê-lo com estrutura financeira muito mais adequada, tendo participação, inclusive nos ganhos nas ações contra o governo do Estado que vencerem. Essa é a maneira de incentivar.

Outro órgão que sempre consideramos como sendo a outra parte da espinha dorsal de qualquer governo é a Secretaria da Fazenda do nosso Estado, que há muitos e muitos anos tem sido referência para outros estados pela competência do seu quadro técnico, que, na totalidade, tem que ser prestigiado e preservado, sim.

Se cometêssemos a imprudência de aprovar o projeto baseados nesses pareceres jurídicos, correríamos o risco, ao desrespeitar a Constituição do Estado, que juramos cumprir, de qualquer um entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal. E poderá ser a Procuradoria Geral da República, que já o fez nos casos de 3 governos e vai agir da mesma forma. E se assim não agisse, qualquer um poderia entrar no Supremo com uma Adin. E já há jurisprudência sobre o assunto, já há decisão tomada pela Justiça.

Isso envergonharia nossa Casa, porque votamos o que sabíamos que era inconstitucional, e traria uma mácula para o governo do Estado, que quando encaminhou o projeto não tinha esse conhecimento. Mas agora já tem esse conhecimento. Mas se o governo der andamento, ficará com a mácula, porque verá derrubado um projeto aprovado irregularmente pela Assembleia Legislativa da Bahia.

Então, Srs. Deputados, espero que o bom senso prevaleça. Amanhã, haverá uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça em que serão delineados os próximos passos no encaminhamento desse projeto. Para que possamos, efetivamente, cumprir a nossa obrigação é imperiosamente necessário que esse projeto tenha uma discussão da qual participem, no mínimo, o secretário da Fazenda do Estado da Bahia, a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, o Ministério Público, a OAB, o presidente do Sindsefaz e o presidente ou diretor do IAF. Esses interessados têm que participar, deputado Zé Neto, da discussão no âmbito da comissão.

Trouxe hoje mais um exemplo. Já apresentara o da Adin do Ceará, e trouxe o de Rondônia, onde o governo desistiu na hora em que viu a inconstitucionalidade.

Deputado, aproveitando sua presença hoje, tive o cuidado de pegar hoje a gravação feita quando da instalação da Comissão de Constituição e Justiça. Na ocasião, indaguei a V.Ex^a qual a tramitação que iria ter esse projeto específico, oriundo da Fazenda. V.Ex^a afirmou que no dia 5 se encerrara o prazo para a apresentação de emendas, e não tinha nem conhecimento das emendas que havia. Mas que na primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça iria pegar as emendas e discutir com os Srs. Parlamentares qual a tramitação que seria dada.

Estarei amanhã na Comissão de Constituição e Justiça, solicitando que sejam ouvidos numa audiência pública da comissão todos os agentes envolvidos, para que

possamos decidir esse projeto com a segurança necessária.

Acabei tratando desse assunto por um tempo maior do que gostaria, mas apenas com o objetivo de esclarecer para que não parem dúvidas a respeito e relembrar, mais uma vez, o juramento que fizemos no Tribunal Regional Eleitoral quando assumimos o nosso mandato, jurando respeitar a Constituição do nosso Estado. O art. 37 da Constituição Federal, segundo todos os pareceres emitidos e aqui relatados por mim, é ferido brutalmente por esse projeto.

Mas o que me chama atenção mais uma vez, e vou usar outros horários hoje, é esse projeto de resolução. Algumas coisas têm que ser colocadas. Um projeto de resolução como esse que, para o qual foi votado o regime de urgência, não pode vir para a votação no Plenário desta Casa sem ter antes sido aprovado pela Mesa Diretora. E a informação que tenho... Gostaria que no final do meu pronunciamento V.Ex^a se manifestasse sobre esse assunto, pois é vice-presidente da Comissão, porque estaríamos cometendo mais uma... Olhem, eu vou usar até um termo meio duro. Serei obrigado a usá-lo. (...) Mais uma imbecilidade ao rasgar um Regimento de 24 anos que nenhum governo teve coragem de mudar. E de forma antidemocrática, que não corresponde ao discurso dos Srs. Parlamentares da base governista, de transparência, democracia, governo republicano... Um governo republicano não impõe uma vergonha dessa natureza aos membros da sua Bancada querendo rasgar o RI desta Assembleia!

Como já falei no Pequeno Expediente, Sr. Presidente, vou concluir repetindo que, se o governador do Estado tem problemas com os membros da sua Bancada, expulse os partidos infiéis! Já tivemos correlação de forças de 38 contra 25, e nunca tivemos dificuldades, deputado Elmar, em aprovar nenhum projeto aqui. É melhor ter uma Bancada menor, mas unida, leal, do que V.Ex^a ficar a todo momento desconfiando dos membros dela. Quem tem culpa, deputado Elmar, de V.Ex^a estar na Comissão de Finanças? Quem o indicou foi o PR. Quem tem culpa de o deputado Arthur Maia, como estão colocando, estar hoje na Comissão de Finanças e Orçamento?

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. GABAN:- Foi o Líder do governo que indicou. Se esses partidos não são leais ao governo, que retire, expurgue. Trabalhe com a Bancada leal, sincera, valorizada, prestigiada, na qual todos estejam contentes. Veja o descontentamento geral da Bancada. Por isso, 15 parece que vale mais do que 48. Estão querendo rasgar o Regimento por causa de infidelidade na Bancada do governo, e não podem fazer isso sujando a imagem da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Gaban, antes de passar para o Horário das Representações Partidárias, gostaria de dizer a V.Ex^a que reza o Art. 230 do Regimento Interno desta Casa que “*O Projeto de Resolução, quando não for de autoria da Mesa também será submetido para seu Parecer.*” Estamos aguardando que esse projeto de resolução venha à Mesa para que ela possa

emitir o devido parecer.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, então, pelo que estou entendendo, V.Ex^a concordou com os argumentos levantados por mim neste momento. Carece primeiro de aprovação da Mesa Diretora para vir pra cá. Eu já fiz algumas sugestões sem ter consultado a Bancada à qual pertencço. Até falei com alguns deputados. Zé Neto, Bira Coroa, alguns da minha Bancada...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Gostaria que fosse zerado o painel porque o deputado Gaban pediu uma questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Já apresentei sugestões e o fiz publicamente. Conversei oficiosamente com os deputados Zé Neto, Bira Coroa, Elmar e Heraldo Rocha para que não cometamos uma irregularidade, uma arbitrariedade e busquemos uma solução que venha sobretudo atender os interesses da Casa . Sabemos que Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento e Educação são as Comissões que todos os 63 parlamentares gostariam de participar, especialmente as duas primeiras, por onde passam todos os projetos da Assembleia.

Estamos pensando, e já é não só uma promessa nos dois primeiros anos do mandato do presidente Marcelo Nilo, mas também um compromisso de Zé Neto, que agora repete a presidência da Comissão de Constituição e Justiça por mais dois anos, que finalmente os projetos oriundos dos Srs. Parlamentares serão apreciados para evitar o que ocorreu no passado e num presente recente, quando os projetos que nós aprovamos de última hora - esta é uma discussão maior no âmbito das Comissões - tiveram o desconforto de ser rejeitados pelo governador, não só pelo atual, mas pelos outros, no passado, pela inconstitucionalidade.

Então, que criássemos uma estrutura maior nessas comissões, para que pudéssemos ter uma discussão mais ampla, pudéssemos discutir a real necessidade - já que a Casa parece não ter estrutura necessária de bacharéis em direito para dar o suporte à Comissão de Constituição e Justiça, dar um parecer técnico, contrataríamos através de concurso público o número de bacharéis necessários, o mesmo com relação a Finanças e Orçamento, pois teríamos alguém com conhecimento em planejamento - colocaríamos alguém com conhecimento, já que é Fiscalização e Controle-, e também colocaríamos alguém da área tributária e de contabilidade, para dar o suporte técnico, e o mesmo com relação à Comissão de Educação.

Aí, teríamos uma estrutura da Casa, permanente, para dar o apoio necessário, fazer as análises e nos dar o subsídios necessário para podermos votar na Comissão de Constituição e Justiça, na de Finanças e Orçamento e, sobretudo, no Plenário, sem o vício da inconstitucionalidade.

Por isso, Sr. Presidente, meu querido amigo, deputado Zé Neto, a minha sugestão é que esse projeto encaminhado pela Secretaria da Fazenda, já que não temos a estrutura técnica na Casa de que precisamos para dirimir as nossas dúvidas, que possamos convocar - V.Ex^a como presidente - após colocar esse assunto em votação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça -, V.Ex^a teria a prerrogativa de fazê-lo, se não quisesse fazer a consulta, de convidar, no âmbito da comissão, o secretário da Fazenda do Estado da Bahia, o procurador geral do Estado da Bahia, o

Ministério Público, a OAB, porque a OAB e o Ministério Público têm posições conflitantes com a que tem o procurador - chamar os presidentes do Sindsefaz e do IAF para debater, porque não poderemos chamar os membros do Supremo Tribunal para virem para cá, e possamos ter o discernimento necessário e a convicção no que estaremos votando.

Aproveitei esse gancho para dar mais uma vez o recado, deputado Zé Neto. A minha idéia, Sr. Presidente, é que procuremos uma alternativa que prorrogue para a semana que vem esse projeto de resolução, para que a Mesa tenha o tempo de julgá-lo e apreciá-lo, para que possamos num consenso entre a Casa ver uma alternativa que não venha a rasgar o Regimento, que, repito, já perdura por 24 anos.

Nesses 24 anos, tivemos alternâncias de poder no Estado, e ninguém, ninguém ousou - mesmo com as alternâncias de poder - mudar aquele instrumento que rege o funcionamento desta Casa. Isso não é partidário, pelo menos temos que gostar da nossa Casa, pois fomos eleitos para ser os representantes do povo, cada um no seu segmento aqui nesta Casa. Não podemos rasgar o Regimento, que norteia o funcionamento da Casa, apenas para atender aos caprichos momentâneos daquele governante, que é transitório - como todos os outros também já foram. Uns ficaram durante 20 anos, outros ficaram apenas 4, outros depois voltaram por mais mais 16, este governo está com 2 anos.

Então, os governos são transitórios. Isso é o que faz a democracia. Mas não se pode, no exercício de um governo do Estado, interferir na autonomia de um Poder, que tem que ser autônomo. As posições devem ser respeitadas entre os Poderes, mas a autonomia tem que ser preservada, senão não vale a pena, Sr. Presidente, estarmos aqui gastando o dinheiro, que é do povo, e não poder representá-lo com dignidade e altivez, já que fomos eleitos com este objetivo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo ou da Maioria, ou ao representante do PCdoB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falaremos, durante 5 minutos cada, respectivamente, o deputado Zé Neto e eu.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Zé neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, todos e todas que me ouvem neste momento, deputado Gaban, obviamente, em parte, V.Ex^a tem razão em expor seus motivos, principalmente, no que tange a essa polêmica com relação ao projeto.

Quero dividir o meu discurso em dois tempos: uma, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, pois tenho tranquilidade de, quando sento à Mesa para presidir a comissão, com tranquilidade posso dizer isso, tenho agido de forma imparcial e respeitando o Plenário.

Agora, por outro lado, quero aqui também falar um pouco como deputado do governo, como deputado que conhece essa questão de perto. Quero dizer a V.Ex^a – V.Ex^a sabe o que estou dizendo – que há decisões para todos os gostos, mas 26

Estados do Brasil já modificaram as relações no âmbito da Fazenda, inclusive buscando junto aos agentes de tributos um avanço gradativo. Hoje, em 26 Estados, os agentes de tributos têm obviamente – isso coloco com dados na mão – uma ação muito à frente do que temos na Bahia. (Palmas) E posso dizer isso com tranquilidade, porque já houve por duas vezes modificações muito efetivas no âmbito da Fazenda.

Eu, inclusive, resguardando todo o meu comprometimento com a imparcialidade como presidente da Comissão de Justiça, não poderia deixar de dizer aqui o que penso quando V.Ex^a coloca que o governo do Estado está querendo intervir nesta Casa.

Quero dizer a V.Ex^a que estou nesta Casa há 6 anos. V.Ex^a foi presidente desta Casa, e nunca tivemos um tempo tão democrático na Bahia. Nunca tivemos, deputado Gaban, nesta Casa um tempo de tanto debate, de tanta discussão, de tantas audiências públicas, de tantos ouvidos. Nesse caso específico, já fizemos aqui três audiências públicas e duas sessões especiais. Eu, por exemplo, já comandeí duas reuniões aqui e ouvimos todos.

V.Ex^a tem razão. Sempre que se cobrar o debate nesta Casa, o deputado terá razão, porque sempre cobrará o debate e esta deve ser, aliás, como nunca foi e agora está sendo, a Casa do debate.

O Sr. Gaban:- Um aparte.

O Sr. ZÉ NETO:- Queria só concluir o meu raciocínio.

(...) Quanto à questão específica, quero lembrar a V.Ex^a que em 2005 estava sentado em uma mesa, no Hotel da Bahia, almoçando com diversos auditores e agentes de tributos. Naquele momento, na mesma mesa, ocorria por unanimidade a defesa da carreira única, que não está sendo defendida.

Deputado Gilberto Brito, carreira única era defendida por esses que hoje estão à frente do movimento, e assinaram um documento em 2005 defendendo-a. O que mudou na cabeça deles que agora não a defendem mais? Eu queria, deputado Gaban, inclusive, que não deixássemos que a política contaminasse este tema, porque nele residem muitas questões técnicas.

Este governo não buscou a carreira única porque seria traumatizante e poderia criar conflitos dentro do processo de integração da Fazenda. Este governo buscou apenas fazer com que aqueles agentes de tributos que já executavam determinada tarefa assinassem os seus autos, e que fosse preservada, aí sim, a garantia de que os agentes de tributos mesmo assim, assinando os seus autos, não interferissem na ação privilegiada dos auditores, que continuarão privilegiados, que continuarão a exercer o mister de auditores. E continuarão a ter concurso público, carreiras diferenciadas e exercícios diferenciados, inclusive com salários diferenciados. É bom colocar isso.

Agora, uma das coisas, deputado Gaban, que não ajudou o debate, e vou dizer a V.Ex^a pelo respeito que tenho por V.Ex^a, se tem uma pessoa que já divergiu muito de mim e eu dele também, é o deputado Gaban, e sabemos que a cada dia a gente vai aprendendo a respeitar a ideia do outro.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ZÉ NETO:- Estou pedindo mais 5 minutos, Álvaro, se for possível.

O Sr. Gilberto Brito:- Uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Gilberto Brito, não posso interromper o orador para conceder questão de ordem a V.Ex^a.

O Sr. Álvaro Gomes:- Continuam os cinco minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Obrigado.

Depois vou dar um aparte a V.Ex^a, deputado, só deixe-me fechar o raciocínio.

Então, deputado Gaban, são situações que dificultam a relação. Eu achei, olha que tenho amigos pessoais, colegas de escola que são auditores, sou advogado, V.Ex^a sabe disso, absurda a propaganda que foi divulgada na minha cidade em *outdoor*, nas rádios, em *e-mails*, no meu *e-mail* mesmo chegou essa propaganda, como também para milhares e milhares de outros na Bahia, dizendo que o governo do Estado ia perseguir os pequenos e os microempresários. Perseguir! A palavra é perseguir! Escorchar, como vi em vários discursos.

Deputado Gaban, não é isso! Dizer que não vai haver concurso público, não é isso! Podemos entrar aqui no mérito de várias dificuldades, de várias questões, mas acho que o IAF não tratou esse assunto com a seriedade que deveria ter. (Palmas) Já V.Ex^a aborda esse tema de uma maneira que merece o nosso respeito.

V.Ex^a sabe que sempre defendi o debate sobre esse assunto. O senhor nunca me viu, em nenhum instante, querendo me esquivar. Aliás, montamos juntos aquela audiência pública e aquela sessão especial. V.Ex^a sabe do nosso empenho e do nosso esforço para que o debate acontecesse. E já aconteceu! Ainda existem dúvidas? Sim, existem, infelizmente.

Nestes dias que nos restam deveremos fazer o máximo para que tenhamos serenidade, porque, seja qual for o resultado, precisaremos de uma Fazenda que esteja compondo não uma ação de governo, mas de Estado.

O Sr. Gaban:- Conceda-me um aparte, deputado?

O Sr. ZÉ NETO:- Vou conceder, primeiro, a V.Ex^a; depois ao deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gaban:- Deputado Zé Neto, o que não estou conseguindo entender até agora, e ninguém responde, é o seguinte: V.Ex^a disse “pareceres técnicos, jurídicos”. Então por que não os apresenta a esta Casa para o nosso conhecimento? Qual o medo que se tem de fazer um confronto jurídico entre o procurador geral do Estado, o Ministério Público e a OAB, que têm posições contraditórias? Qual é o receio disso? O que queremos aqui é a verdade! V.Ex^a é bacharel, eu não sou, mas dizem que na cabeça de cada advogado há uma sentença, um parecer. É lógico!

Mas vamos debater de forma clara! Temos aqui pareceres do Supremo Tribunal Federal, da OAB e do Ministério Público, e todos eles dizem que a investidura dos agentes de tributos no cargo, nas atribuições de auditor fiscal é inconstitucional – a investidura nas atribuições. Não sou eu quem está dizendo isso, é o Supremo Tribunal Federal, é o Ministério Público, é a OAB.

É por isso que solicito: vamos fazer um debate aberto! Querem a verdade? Também quero! Se me convenceram de que o Supremo, a OAB e o Ministério Público estão errados, ótimo. Agora, não posso votar esse projeto tendo

conhecimento de todos esses pareceres dizendo que é inconstitucional. Tenho procurado a todo momento trazer relatórios, digo qual é a fonte, e ninguém as desmente, apenas apresentam outras...

O Sr. ZÉ NETO:- Com o aparte o deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Zé Neto, sou membro da Comissão de Constituição e Justiça e já comentei aqui a escassez de debates a respeito desse tema que os deputados Gaban e Álvaro trouxeram, anteriormente, à discussão. Confesso-lhe, com muita tranquilidade, que tenho amigos agentes de tributos e amigos auditores fiscais, e é natural que eles nos procurem.

Pois bem, gostaria de firmar o meu juízo de valor por tratar-se de uma questão de ordem legal. Não é uma questão de ordem social. Se fosse um projeto visando a criação de um aspecto de ordem social, talvez eu me omitisse quanto à legalidade, porque o valor social talvez superasse a exigência da formalidade.

Mas gostaria de conclamar V.Ex^a, que já tem um juízo firmado a respeito do assunto, como o deputado Gaban também tem, a trazer esse debate ao Plenário para que nós, que ainda não estamos plenamente conscientes do que iremos votar, também possamos firmar o nosso juízo de valor com responsabilidade, decência e compromisso com a legalidade.

Não estou do lado de V.Ex^a nem tampouco do deputado Gaban. Quero apenas ter uma posição para que eu possa me posicionar com a minha consciência e dentro dos ditames legais no momento em que esse projeto for votado na Comissão de Constituição.

Muito obrigado.

O Sr. ZÉ NETO:- Peço ao presidente que me deixe fazer o encerramento deste pronunciamento.

Deputado Gilberto Brito, V.Ex^a é bem-vindo à Comissão de Constituição e Justiça. Em 2 anos distribuímos mais de 980 processos, já temos mais de 370 com os respectivos pareceres e mais de 98 apreciados na comissão, isso graças não a Zé Neto, mas aos deputados e deputadas que, nela, puderam fazer o debate, do qual participaram os deputados Elmar Nascimento, Gildásio Penedo Filho, o próprio Gaban, Álvaro Gomes e outros. Temos lá um espaço onde, podemos dizer com autoridade, o debate tem ocorrido a todos os momentos.

Quero dizer a V.Ex^a que estou muito à vontade para agir de modo imparcial na presidência da Comissão de Constituição e Justiça, mas com posição em relação ao projeto ora em tela de que V.Ex^a tem razão. Se temos mais elementos para contribuir, que os tragamos a este Plenário.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, a tolerância, acho que o que temos que fazer é o debate, e a Comissão de Justiça será imparcial com relação a esse tema.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, já que esse é um assunto que tem preocupado

toda a Casa, para que votemos esse projeto com consciência e desprovidos de qualquer pré-julgamento já feito, gostaria de parabenizá-lo, deputado Zé Neto, pelas últimas palavras de V.Ex^a, bem como o deputado Gilberto Brito.

O intuito é exatamente esse, esse é o propósito. Não poderia deixar Sr. Presidente, já que tenho que me ausentar agora para uma outra reunião fora da Casa, esta ideia: o que queremos é que se abra a discussão, se esclareça o que está sendo dito e, se houver qualquer entendimento jurídico diferente, que se ponham as pessoas que têm posições contraditórias para debater.

Antes mesmo de ter o parecer da OAB, do Ministério Público e do próprio Supremo Tribunal Federal, propus a realização daquela audiência pública aqui, procurei ter a maior isenção possível, e houve exatamente o mesmo espaço para o Sindsefaz e o IAF para que tivéssemos elementos necessários para o nosso julgamento. A meu ver, aquela audiência foi extremamente positiva, foi a primeira vez que ocorreu uma audiência pública na Casa que desse o mesmo espaço para o debate entre representantes da mesma categoria de funcionários com posições divergentes.

Mas, após essa reunião, que para mim deu um certo juízo de valor, vieram os pareceres de OAB, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal. É por isso, deputado Pedro Alcântara, que V.Ex^a também gosta desta Casa e a respeita. O que queremos é isso, deputado Álvaro Gomes, não pudemos ir para um lado e para o outro, não! O que foi dito pelo deputado Gilberto Brito é o meu sentimento, ou seja, quero ter a certeza do que estou votando e quero que todos os demais deputados também tenham essa certeza. Por isso, tenho procurado – e V.Ex^a é testemunha, pois não falta a nenhuma sessão desta Casa –, e tenho trazido elementos que chegam ao meu conhecimento, deputado Emério Resedá, pareceres jurídicos, tenho ouvido pronunciamentos na Casa a defender e a dizer que tem...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado, gostaria que V.Ex^a formulasse a questão de ordem.

O Sr. Gaban:-Pois não, Sr. Presidente – é até para V.Ex^a, que está exercendo e tem um papel importantíssimo na Mesa Diretora –, tenho apresentado pareceres jurídicos, e os que têm procurado divergir dos posicionamentos que tenho dizem têm pareceres contraditórios, mas não os apresentam. Por isso, espero não voltar mais a esse assunto no Plenário, pois quero debatê-lo na Comissão de Constituição e Justiça. Espero ainda, deputado Gilberto Brito, que tem uma linha de raciocínio igual à minha, que possamos trazer as pessoas que têm posições contraditórias com relação a esse projeto.

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, quero aproveitar a ocasião e dizer que esta questão de ordem vai diretamente para o deputado Gaban.

A questão de ordem está se tornando um debate e não deve ser, deputado Gaban! Perdoe-me, mas V.Ex^a, com todo o carinho respeito que lhe tenho, tem usado

a questão de ordem para debater o assunto, que deve ser debatido dentro da fala. A questão de ordem é com relação ao Regimento Interno da Casa. Perdoe-me, mas V.Ex^a, que é um ferrenho defensor do Regimento, e com razão, tem usado a questão de ordem para debater um tema, e a questão de ordem não é do tema. O tema deve ser da tribuna, diretamente de quem fala ou de quem faz o aparte.

Desculpa a minha colocação, não tem nada de deselegante, até porque o considero demais e gostaria de dar esse enfoque para a presidência da mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Gilberto Brito, V.Ex^a está coberto de razão.

Como o tempo definido para que o deputado formule a questão de ordem é de 05 minutos, há necessidade de que os deputados tenham bom senso. Eu não posso interromper o deputado quando estiver na metade do tempo. Nós temos de esperar que o deputado tenha o bom senso e use o tempo dedicado para a questão de ordem, não para debater assunto, mas para formular, efetivamente, aquilo que estabeleça a ordem dos trabalhos.

De modo que gostaria de pedir aos deputados que quando pedirem questão de ordem se atenham a esta finalidade. É o apelo que faço a todos os deputados indistintamente, e que daqui para frente procurem ter cuidado com o que reza o regimento neste sentido.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, atendendo à solicitação do governo, a Maioria está querendo rasgar o Regimento. Com todo respeito que lhe tenho, deputado Gilberto Brito, V.Ex^a é bacharel, sabe que o Regimento, com relação à questão de ordem, nunca foi respeitado. É por isso que o ex-presidente Reinaldo Braga quis fazer a reforma do Regimento; eu o sucedi e tentei fazer, o deputado Clóvis Ferraz também quis. Era compromisso do presidente Marcelo Nilo, nos dois primeiros anos, fazer a reforma, mas nunca foi para frente porque há o medo de se fazer um regimento em que a Maioria respeite a Minoria, resulta disso que o Regimento nunca foi respeitado.

Então, já cansei de falar que estão usando questão de ordem há muitos anos de uma forma que não é pertinente. Como resposta, outros presidentes colocaram-me que já existe jurisprudência na Casa. Então, não venha de moralista para cima de mim, deputado Gilberto, porque V.Ex^a está sempre aqui e já usou indevidamente por várias e várias vezes a questão de ordem para fazer colocações pessoais, assim como toda a Casa o faz, Sr. Presidente.

Então, se tiver que um dia tirar, eu concordo, mas tire de todos, não venha fazer demagogia barata para cima mim.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Gaban, V.Ex^a tem toda razão quando diz que frequentemente o tempo destinado para questão de ordem é usado para finalidades outras, por isso que volto a pedir aos Srs. Deputados que pelos menos daqui para frente tenham cuidado ao usar o tempo para formular, verdadeiramente, questão de ordem, discutir assuntos regimentais. Esse é o apelo que

faço, Srs. Deputados, principalmente quando estiver presidindo os trabalhos.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Mais uma vez sobre este assunto eu não vou conceder. Se for outro assunto eu concederei a palavra, deputado.

O Sr. Gilberto Brito:- É outro assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- O assunto versa, Sr. Presidente, com relação a uma questão chamada de decoro parlamentar. Quando fiz a minha colocação, e sempre faço aqui, foi dentro de princípios e respeito.

A colocação do deputado Gaban, que foi presidente da Casa, ao dizer filosofia barata, não cabe nos meus ouvidos, porque a formação que eu recebi de casa foi para tratar a todos com decência, respeito e ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o nobre deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, em visita à região de Juazeiro, Pilão Arcado, Campo Formoso, deputado Pedro Alcântara, deputado Elmar, V.Ex^{as} como representantes, conhecedores do sofrimento daquele povo, eu não entendo, deputado Pedro Alcântara e deputado Elmar, como se gasta bilhões na transposição do Rio São Francisco e na vizinha Juazeiro que faz divisa com o nosso município, deputado Elmar, Campo Formoso, o povo esteja passando sede, deputado Emério Resedá.

Eu não consigo entender, não sou engenheiro, não sou expert no assunto, mas não consigo entender como se gasta bilhões para transpor mais de 700 km do Rio São Francisco, e na beira do Rio São Francisco, deputado Pedro, o povo está literalmente passando sede, sem água até para o consumo humano; eu não consigo entender, a menos de 10, 20, 50 quilômetros.

O Vale do Rio Salitre, que corta 70% do município de Campo Formoso, onde tem, por diversos estudos na Bahia, deputado Heraldo, as melhores terras do mundo margeando aquele rio e totalmente seco, e na beira do Rio São Francisco, onde poderia se tornar um dos maiores polos de exportação de frutas do Brasil, igual a Juazeiro e a Petrolina nos seus bons tempos, porque hoje passam por uma situação muito difícil, devido à crise mundial, é um absurdo, deputado Maria Luiza e eu não consigo entender. O povo passando sede, sendo abastecido através do Exército de uma forma totalmente rudimentar, como era feito há séculos e séculos, por carros-pipa uma vez ou outra, na beira do Rio São Francisco.

Eu não consigo conceber, deputado Gilberto Brito, V.Ex^a como conhecedor do sofrimento do sertanejo do semiárido, na beira do Rio São Francisco. Não é novidade para mim e mais uma vez eu me escandalizo com esse absurdo do nosso País, no nosso Estado e no município que representamos, juntamente com o deputado Pedro,

com o deputado Elmar, o povo passando sede na beira do Rio São Francisco.

Srs. Deputados, outro assunto grave e que nós ouvimos aqui alguns discursos no ano passado, e depois eu não tenho conhecimento do resultado, deputado Gilberto. V.Ex^a que aborda sempre esse tema, é sobre os coitados dos produtores, dos criadores de caprinos e ovinos que vivem hoje como marginais, porque correm da Polícia, porque não podem matar o seu carneiro, a sua ovelha, o seu bode, que são o sustentáculo das suas famílias, porque não têm condições, porque a Polícia não deixa, porque não tem matadouro específico. O Ministério Público proibiu.

Como é que o dono de um carneiro de 10 quilos, dois carneiros, vai poder mandar para Feira de Santana para abater num abatedouro próprio para levar para Uauá, para Campo Formoso, para Juazeiro, para Senhor do Bonfim para vender. Como?

Então, hoje, deputada Maria Luiza, esse pobres trabalhadores nordestinos, sofrendores ficam como marginais, matando escondido nas suas fazendas, nas suas roças, porque ninguém é fazendeiro naquela região, matando escondido com um medo terrível, porque se a Polícia pega, esses pais de família vão presos, pessoas que têm privação de água, de alimento, de tudo, numa seca que devasta tudo, e vemos esse absurdo mais uma vez.

Tenho conhecimento de uma comissão, deputado Pedro, que foi ao Sul do País no ano passado, ver como estava funcionando essa questão...

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Concederei o aparte a V.Ex^a, deputado Elmar, daqui a pouco.

(...) e continua do mesmo jeito. Estamos no meio do mês de março e continuam nossos amigos sertanejos, trabalhadores, vivendo como marginais, porque não podem matar seu carneiro que lhe dá sustentação, a sustentação a sua família, porque está cometendo uma arbitrariedade, um crime. Quem tem alguns bois, ainda pode pagar para ir a Feira de Santana, pagar uma taxa para o abate e voltar para ser vendido no seu município.

Mas como é que um coitado com um bode, dois, três, tem condições? Não compensa, financeiramente. Então, não bastasse a seca, não bastasse tanto sofrimento, é assim que estão vivendo os nossos pobres sertanejos de toda a região.

Com o aparte o deputado Elmar.

O Sr. Elmar Nascimento:- Agradeço a V.Ex^a pelo aparte, deputado Adolfo, e digo que V.Ex^a tem absoluta razão com relação a essa questão dos matadouros. O pior é que quem dá interpretação à portaria é o Ministério Público. Há lugar em que o Ministério Público é mais rigoroso e não permite de forma nenhuma, e traz essa situação que V.Ex^a relata. E há lugar em que o Ministério Público não é tão rigoroso, a exemplo de Juazeiro, onde houve um acordo e foi dado um tempo ao pessoal. Zonas fronteiriças e que causam problemas.

Em função disso, inclusive, requeri uma audiência pública na Comissão de Agricultura da Casa para debater o assunto. O presidente, deputado Arthur Maia, já tinha marcado para o dia 17 e foi adiada, porque o presidente da ADAB não poderia

estar presente amanhã, já que está fazendo uma visita ao Rio Grande do Norte para olhar a situação de alguns matadouros lá.

Ficou agendada para o dia 24, e tenho certeza de que contaremos com a presença de V.Ex^a para que discutamos esse assunto, que é importantíssimo para a Bahia inteira, que é a questão do fechamento dos matadouros e que tem causado um prejuízo muito grande aos pequenos produtores.

Agradeço a V.Ex^a pelo aparte.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Todos nós sabemos que ninguém poderia conviver, deputado Gilberto, com a forma primitiva de abate dos animais. Agora, não podemos, de uma hora para outra, tomar uma medida radical, como foi feita nossa região, e tratar esses pequenos produtores como marginais, dando condições até que se vendam as carnes escondido, e aí vai todo tipo de animal, os doentes e os de origem desconhecida.

Então, uma medida com que se tentou sanear as condições de abate de todos esses animais aqui na Bahia acabou por piorar, porque hoje é feito de uma forma escondida, em que não se sabe a procedência, mata-se de tudo quanto é forma. Não podemos continuar assim.

Tive uma reunião no final de semana com a associação de produtores no município de Campo Formoso, onde a preocupação é muito grande, porque não podemos aceitar que homens trabalhadores, como temos em todo o Nordeste, em todo o Semi-Árido, homens sofrendores, que todos os anos passam pelo mesmo sofrimento. Esse ano é bom de chuva, passa o período das trovoadas, acaba a seca voltando, expulsando para os grandes centros esses grandes trabalhadores.

É o que se diz, deputado Gilberto, que São Paulo, Salvador, qualquer capital do nosso País nunca vai ser uma grande cidade enquanto tivermos irmãos, enquanto tivermos o Nordeste pobre, porque todo dia o que vemos são caravanas e caravanas se dirigindo aos grandes centros por falta de oportunidade, por falta de condições de trabalho.

É o que está acontecendo na minha região, tenho certeza, com menor ou maior proporção na região de V.Ex^a, onde não existem empregos e esses pais de famílias têm que se deslocar para São Paulo, deslocar-se para Minas Gerais, para cortar cana para Goiás, para todos esses grandes centros e outras regiões.

Esta é a realidade nua e crua, infelizmente, em pleno século XXI, do Norte e Nordeste, a despeito de termos na presidência da República um retirante, que é o presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente Marcelo Nilo, V.Ex^a, que é, de acordo com o Regimento Interno da Casa, o responsável não só pela condução dos trabalhos, o

que V.Ex^a tem feito com uma maestria muito grande, mas sobretudo, dentro do possível, pela preservação da imagem desta Casa Legislativa... Já que há um projeto de resolução que V.Ex^a, pelo exercício do cargo, teve que colocar em votação, como prevê o Regimento Interno, já que V.Ex^a, Sr. Presidente, em todos os momentos de conflito nesses últimos anos, tem sido um maestro no sentido de procurar unir, harmonizar esta Casa, gostaria de que interferisse nesse processo com relação ao projeto de resolução que quer mudar, ou alterar o número de componentes da Mesa.

Dentro desse espírito, pediria a V.Ex^a que prorrogasse o prazo para votação desse projeto por mais 8 dias, uma semana a mais, para que possamos, todos os deputados desta Casa, os 63 deputados, incluindo V.Ex^a, que terá um papel fundamental, fazer as alterações que porventura sejam necessárias no Regimento, através de um consenso, sem que se tenha um confronto aqui na Casa entre Maioria e Minoria. Essa é a solicitação que faço a V.Ex^a. Tenho certeza, Sr. Presidente, pelo que conheço de V.Ex^a, pelo que V.Ex^a tem feito nesses 2 anos, de que não agirá de outra forma que não seja no sentido de que a harmonia prevaleça neste Parlamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, os projetos, tanto da Secretaria da Fazenda quanto o projeto de resolução do deputado Waldenor, serão votados no dia 24. De amanhã a 8 dias, vamos colocar em votação os 2 projetos aqui em Plenário. Já se perderam os prazos das comissões do projeto de resolução do deputado Waldenor, mas o projeto do Fisco ainda tem prazo. Então, vamos votar os 2 projetos. Tendo em vista que há corte de pontos, gostaria de avisar aos deputados com antecedência. Estiveram hoje na presidência alguns deputados pedindo-me que deixasse para votar os 2 projetos na próxima semana. Os 2 projetos serão votados, através da Ordem do Dia, no dia 24.

Retificando, o projeto de resolução do deputado Waldenor será votado na terça-feira, de amanhã a oito, dia 24, e o projeto do Fisco será votado no dia 25, quarta-feira. Quanto ao projeto da CGE, tendo em vista que já está na Ordem do Dia, vou verificar se há alguma negociação dos líderes partidários nesse sentido. Se não se chegar a um acordo, esse projeto também será votado no dia 24. Se houver acordo, é óbvio que estaremos sempre à disposição dos líderes partidários.

Repetindo, o projeto de resolução do deputado Waldenor será votado no dia 24, e o projeto da Secretaria da Fazenda, o projeto “do Sim e do Não”, popularmente chamado projeto do Fisco, será votado no dia 25. O da CGE vai depender de acordo de lideranças. Se os líderes não chegarem a um acordo, esse projeto também será votado no dia 25.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Inicialmente, agradeço a compreensão de V.Ex^a. Acho que esta Casa, efetivamente, vai ganhar se a votação desse projeto for na próxima semana. Assim teremos a oportunidade de tentar que o consenso prevaleça e de achar uma alternativa que atenda acima de tudo o Poder Legislativo.

Com relação ao projeto do Fisco, era esse que eu gostaria de ver, Sr. Presidente. Já conversei sobre isso hoje, fiz alguns pronunciamentos da mesma forma

que o deputado Zé Neto no sentido de que, na reunião de amanhã, se estabeleça a tramitação desse projeto. Quando se instalou a Comissão de Constituição e Justiça, indaguei ao deputado sobre o assunto. Ele me disse: “Olha, na primeira reunião, vamos estabelecer a rotina de votação. Se vamos chamar aqui alguns segmentos que têm posições contraditórias, já que existem alguns pareceres da OAB, do Ministério Público, Supremo Tribunal Federal e duas Adins já julgadas, talvez...”, no entendimento dele, “...se faça alguma discussão mais ampla.”. Por isso com relação a esse procedimento, não sei se V.Ex^a o estava acompanhando, mas, em termos de Comissão de Constituição e Justiça, talvez se tenha mais uma semana para discussão. Essa é a minha colocação apenas no sentido de informar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, essa posição é da Presidência, mas se os Líderes partidários chegarem a um acordo para adiar o projeto não criaremos nenhum empecilho, agora na programação é para ser votado no dia 25. Se os Líderes da Oposição e do governo chegarem a um entendimento, poderemos votar como fruto de acordo. Mas a decisão é de votar no dia 24 o projeto de resolução do deputado Waldenor e, no dia 25, o projeto oriundo do governo com relação à Secretaria da Fazenda.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Líder da Oposição ou do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falarão, por 5 minutos cada, o deputado João Carlos Bacelar e este que vos fala.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, em janeiro, denunciei aqui que o governo havia cancelado 200 milhões de reais em empenho porque o descontrole e a incompetência reinantes na Secretaria da Fazenda tinham feito com que a Bahia não cumprisse as metas do ajuste fiscal.

Pois bem, esses 200 milhões que foram cancelados estão fazendo com que empresas de pequeno e médio portes na Bahia paralitem as suas atividades, principalmente no setor rodoviário.

O Derba deve, neste momento, mais de 100 milhões de reais, sendo que mais de 70 milhões são referentes ao ano de 2008 e 20 milhões referentes ao presente exercício. A Conder, deputado Gilberto Brito, desde outubro, não paga aos empreiteiros. E cadê esse dinheiro, deputados Bira Coroa e Álvaro Gomes, que V.Ex^{as} apregoavam que estava nos cofres do governo do Estado?

O Sr. Heraldo Rocha:- O quê, João?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- A Conder não paga aos empreiteiros desde outubro e o Derba deve, hoje, mais de 100 milhões de reais, deputado Heraldo Rocha.

Pequenas e médias empresas estão à beira da falência na Bahia por causa da irresponsabilidade do secretário da Fazenda que não soube controlar as contas do Estado. E é por isso que eu digo, deputado Heraldo Rocha, que este é um governo sem relevo, é um governo ordinário, é um governo medíocre. Mas, além de ser um

governo medíocre, ordinário, é um governo grotesco, cômico e ridículo. Medíocre e ridículo é o governo de Wagner.

E exemplo do que há de ridículo neste governo foi o que aconteceu em Camaçari. Quarta-feira passada, deputados Heraldo Rocha e Bira Coroa, o governador foi a Camaçari inaugurar uma fábrica. Todos os jornais noticiaram que o governador estava em Camaçari inaugurando uma fábrica. O que o governador fez em Camaçari foi apenas ir a uma solenidade cujo objetivo era a mudança da razão social de uma fábrica já existente. Este é o governo medíocre, ridículo, é o governo do engôdo.

A Estireno foi comprada por um grupo, não se aumentou um emprego, não se aumentou uma tonelada de estireno, e o governador pousa de indutor do desenvolvimento da Bahia indo a Camaçari inaugurar uma fábrica que já existia. Só na Bahia para acontecer coisas desse tipo! Isso beira a raia do irracional. Como um governador do Estado se presta ao papel de se deslocar de Salvador, deputado Adolfo Menezes, para inaugurar uma fábrica que já existia? Não acrescentou um emprego, apenas a Estireno foi vendida a outro grupo, o governador foi para a inauguração da nova placa da antiga fábrica.

É como se agora o Banco do Brasil comprando as agências da Nossa Caixa, o presidente Lula anunciasse que estava inaugurando um novo banco. O governador está pensando que os baianos são o quê? Os empregos continuam os mesmos, a produção de estireno continua a mesma, apenas o governador se presta ao papel ridículo de ir para a solenidade de mudança do controle acionário da fábrica. O grupo Unilever comprou a Estireno. E vai o governador dizer aos baianos que estava inaugurando uma nova fábrica. Eu fui, deputado Bira Coroa, a Camaçari para ver essa nova fábrica quando me deparo com aquela nossa velha conhecida a Estireno do Nordeste, só que com uma outra placa, que foi a fábrica que o governador foi inaugurar.

O governador é tão trapalhão que chega a Venezuela no momento de conflagração interna; viaja ao México para uma palestra e chega um dia atrasado. Eu digo que é uma mistura de 3 governos: o medíocre, o ridículo e o trapalhão.

E continua aqui, deputado Valdeci, deputado Bira Coroa, a via-crúcis dos alunos da rede pública estadual. Em Salvador, até hoje não há aula na rede pública estadual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, eu solicitei – meu caro deputado Rogério Andrade, V.Ex^a com muita classe e elegância, mas sobretudo com muita imparcialidade, tem presidido as nossas sessões – que meu gabinete fizesse um levantamento de todos os meus pronunciamentos a respeito da dengue na Bahia nos anos de 2007 e 2008. Está

aqui.

Hoje, o jovem jornalista, por sinal filho de um grande amigo meu, Valmar Hupsel, no dia 14 escreveu uma matéria sobre dengue no jornal *A Tarde*. E ele começa a matéria dizendo o seguinte: (lê) *“Stephane Soares dos Santos Santos, oito ano, pode ter sido a terceira vítima da dengue hemorrágica, 16ª da Bahia. Ela estava internada no Hospital Geral do Estado desde quarta-feira e faleceu na madrugada de ontem por volta das 4h. Segundo o atestado de óbito, assinado pelo Dr. Wladimir Matos Moreira, a causa da morte foi 'desidratação, d. sanguínea por dengue hemorrágica, mas a confirmação oficial só sairá em cerca de dez dias.”* E ele vai relatando a situação da dengue.

Temos apresentado aqui diariamente o boletim epidemiológico da Secretaria da Saúde onde nós tivemos um crescimento de 153% relativo ao mesmo período do ano passado. Vejam, são 153%. Eu aguardava a vinda do ministro da Saúde hoje a Salvador que veio inaugurar um centro de atendimento. Eu quero, nesta oportunidade, parabenizar o secretário municipal José Carlos Brito e o prefeito João Henrique, porque é um excelente centro de atendimento à população de Salvador.

Eu aguardava a presença do ministro Temporão que, no ano passado, já anunciou esta tragédia que estamos atravessando. E ele diz aqui no Bahia Notícia no site www.samuelcelestino.com: (lê) *“É grave, muito grave a denúncia feita pelo ministro da Saúde José Gomes Temporão com fortes críticas às autoridades municipais e do governo, praticamente responsabilizando-as pela proliferação do mosquito da dengue e pela morte de baiano na capital e interior.”*

É o ministro Temporão, ministro do governo do presidente Lula. (Lê) *“Ao alegar que a Bahia ignorou os alertas de seu ministério no ano passado e ao afirmar que não faltou apoio da União criou uma situação que precisa ser, convenientemente, explicada. No caso de Itabuna, onde há maior infestação, o governo tem razão,”* afirma o ministro, *“ao responsabilizar o ex-prefeito Fernando Gomes. Temporão foi muito duro. O secretário da Saúde Jorge Solla”,* palavras do ministro, *“tem a obrigação e o dever de rebatê-lo ou, no mínimo, se explicar.”* Palavras do ministro. *“No Rio de Janeiro os casos de dengue caíram drasticamente, mas na Bahia o surto explodiu e continua sem controle.”* Palavras do ministro. *“Assim posto, enquanto ficar no ar o que disse o ministro Temporão não se eleva uma dúvida, mas uma verdade. E se assim for, o Estado e os municípios são os responsáveis pela doença e pelas mortes que se registram.”*

Sr. Presidente, esta afirmação é do ministro do governo do presidente Lula, do ministro da Saúde.

Quero, apenas, comunicar também, Sr. Presidente, aproveitando este momento, que, na terra do nosso Líder a Justiça afasta procurador do INSS. Mas uma alteração grave na situação de Vitória da Conquista em um órgão federal. Foi afastado o Exmº Sr. Procurador Ruyter Dourado por crime de improbidade administrativa.

Se não bastasse, Sr. Presidente, há ainda a matéria dizendo: *“Ministro diz que Bahia ignorou alertas da dengue.”*

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que o assunto é muito grave. A responsabilidade da política pública de prevenção da dengue é do ministro Temporão, é do secretário Solla, é da sociedade civil; mas o comando deste processo é do Exmº Sr. Secretário da Saúde do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT-PSC-PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara, por 8 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, nós, deputado Álvaro, agradecemos por sua indicação, e vamos também indicar V.Exª para falar no horário do nosso partido. Será uma honra nossa.

Quero falar também desse projeto difícil. Infelizmente, aqueles mais interessados no tema não estão em nossa Galeria, como estavam até há pouco. Já fiz referência, na semana passada, que entendi, quando esse projeto chegou a esta Casa, que ele é eminentemente técnico, é de uma secretaria técnica, responsável pela receita, pela arrecadação do Estado, que reputo ser uma secretaria de uma importância fundamental, talvez a mais importante no momento de crise econômica que o mundo vive, que o Brasil vive, e em nosso Estado não é diferente.

Eu entendia que esse projeto deveria ter uma avaliação de ordem técnica. Se fosse importante para melhorar o funcionamento da secretaria, ele seria apoiado pela unanimidade desta Casa. Mas o que entendemos é que o enfoque de ordem política, tanto dentro da própria secretaria, como dentro desta Casa, não é conveniente para o debate tão importante de um projeto de importância fundamental.

Eu questionei V.Exª na semana passada sobre se esse projeto retirava algumas vantagens ou alguns direitos dos auditores. V.Exª, justiça seja feita, tem sido um estudioso desse projeto. Estamos estudando o projeto, o estudamos no fim de semana, e vamos fazer algumas consultas. Vamos consultar o ex-procurador-geral do Estado, Dr. Raimundo Viana, que é uma pessoa a quem tenho um bom acesso, até para ter orientação, mas já tenho, mais ou menos, 90% de posição firmada em relação ao projeto. Ele não transforma agentes em auditores, absolutamente, isso está claro, está cristalino.

Não entendo porque o deputado Gaban – até pedi que ele estivesse presente, sinalizei nesse sentido – transformou as questões de ordem para debater um assunto tão importante, e ele teve tanto tempo aqui na tribuna... E teremos tempo suficiente,

haja vista que o projeto está tramitando, para discutirmos melhor esse projeto.

Eu já vi aqui pareceres encomendados, deputado, eu já vi aqui pareceres para atender a quem solicitou, eu já vi pareceres comprados. Pode até não ser o caso desse, mas não podemos pautar a nossa ação política em um parecer, adivinhe de onde, deputado Heraldo Rocha?

Vamos discutir a questão dos pareceres. Já vimos pareceres de toda ordem tramitarem aqui, nesta Casa. Aqui é a Casa da lei, aqui fazemos a lei, modificamos lei, suprimimos lei, é para isto que estamos aqui. Então, acho que esse projeto é de uma importância fundamental para ser discutido.

A minha tendência, até o presente momento, é votar favoravelmente, porque não acredito que manter o emprego seja motivo para se estimular a sonegação de impostos. Acho que todos têm que pagar o imposto, seja pequeno, médio ou grande, dentro da legalidade, sem extorsão, sem perseguição, no entendimento.

As maiores vítimas somos nós, pessoas físicas, que vemos a alíquota ser descontada na fonte. Não participamos dela, entretanto, já vemos a Receita, o Leão levar a nossa contribuição na boca do cofre, contribuição que eu acho exagerada, como são os tributos neste País. Entretanto, é a lei.

Portanto, a tendência em relação à nossa Bancada – ainda não temos o sentimento da Bancada na totalidade – é de encaminharmos no sentido de se votar favoravelmente ao projeto.

A outra questão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é em relação às Comissões desta Casa. Nós temos um Regimento superado, obsoleto, e não tivemos ainda a capacidade de reformulá-lo. Ele é anterior à nossa Constituição – e falo como deputado constituinte. Fui deputado constituinte aqui, nesta Casa – e tem alguns vícios, porque, além dele ser obsoleto, nós cultuamos e cultivamos alguns defeitos.

Naquele *imbroglio* de presidente não votar, deputado Ivo Assis, se lermos atentamente o nosso Regimento, em momento algum ele diz, deputado Heraldo Rocha, que presidente de Comissão não vota. Diz o contrário, que ele tem o privilégio de desempatar. Se o cidadão é presidente da Comissão, ele poderia ter a prerrogativa de votar duas vezes, e não subtrair-lhe o voto. Como é que eu, que sou deputado, tenho castrado o meu direito de votar em um projeto que tramita nesta Casa, ainda mais sendo presidente da Comissão, deputado Álvaro Gomes?! Isso é uma coisa esdrúxula, porque não se observou o espírito do legislador, o que o legislador quis colocar. Então, são coisas que nós cultivamos aqui.

Eu não faço a leitura, mais uma vez, politizando uma questão dessa. A leitura que o deputado Gaban faz dessa, primeiro, é que o governo desconfia de sua Bancada. Não é verdade. A verdade é outra e tem que ser posta.

Essa questão que coloquei há pouco, que o presidente não o tem direito de votar, pode ser resolvida com um número ímpar nas Comissões. Então, eu acho que é importante que seja assim.

Que coloquem 7, 9, 11 ou 13. O importante não é a questão numérica quantitativa. A questão é ordem, de par ou ímpar, e há necessidade real de vermos esse projeto não no sentido de que o governo está com medo da sua Bancada.

Eu sabia de antemão que o deputado Elmar.... Questões de ordem política dele. Como Líder do partido indiquei-o para a Comissão. Podia ter indicado o deputado Ivo Assis, ou outro, porque acho que nunca - justiça seja feita, Sr. Presidente - nesta Casa se debateu tanto. Nunca, em momento algum neste Legislativo, o governador - está aqui o deputado da base do governo, faço parte da Bancada Independente - orientou no sentido de botar a mordada, de forçar o parlamentar a tomar aquela ou essa posição.

Vi uma coisa que exemplifico: pela primeira vez - há 22 anos estou na Assembleia, deputado Álvaro - vi um parlamentar de oposição, no momento da discussão dum projeto de alcance social muito grande, amplamente debatido e aceito pela sociedade e a categoria, aquele do transporte alternativo, ser convidado a participar pelo governador. Ele convidou um parlamentar oposicionista, que teve participação efetiva naquela matéria, para estar lá - foi reconhecido o seu trabalho - sentado à mesa com os deputados governistas tendo o mesmo espaço.

O governo pode ter os seus erros de ordem administrativa, política, mas nesta questão do trato, do respeito ao Poder, é inegável o tratamento que o governador Jaques Wagner tem dado a esta Casa. Não podemos ser levianos em dizer o contrário. Todos os deputados são livres para colocar o seu pensamento nesta tribuna como acharem conveniente. Se estou dizendo hoje que o deputado Pedro Alcântara vai votar sim no projeto do Fisco, em momento algum o governador e o Líder do governo me pediram. É iniciativa minha por estar convencido de que é importante a matéria. (Palmas!)

E digo mais: se formos ver na história da Secretaria da Fazenda, conheço casos, deputado, de pessoas que tiveram acesso ao serviço do Fisco como guardas fiscais antigamente e hoje são auditores fiscais, sem concurso público. Conheço realmente casos assim. São auditores fiscais sem prestar concurso. Inclusive sem o curso primário. Se quiserem, trago o nome porque a pessoa é intimamente ligada a mim. Ascendeu na carreira: começou como guarda fiscal e chegou a auditor tendo apenas o primário incompleto. Essa também não é a questão.

É um projeto técnico. Acredito que venha a fortalecer a ação da Secretaria e até estimulará o auditor a trabalhar mais. Soube que existem situações nas quais um caminhão carregado não sei de quê é apreendido numa rodovia dessas, num posto qualquer, e o número de auditores é insuficiente. Aí, para lavrar o auto, espera-se dois ou três dias prejudicando o próprio contribuinte. Há necessidade de que sejam liberados também os agentes, salvo engano, para igualmente serem responsáveis por lavrar esses autos. E ainda será um estímulo à produção.

Portanto, na questão desse projeto estou tranquilo, consciente. Já ouvi na minha terra, Juazeiro, partes interessadas e cheguei à conclusão de que é importante que nós votemos, Álvaro, sim. Quero elogiar o trabalho de V.Ex^a. Até reforço aquele pedido que lhe fiz para termos uma sustentação maior e eu poder convencer também os pares do meu partido a acompanharem a nossa votação.

Com a tolerância da presidência, eram essas as considerações.

Aliás, só para concluir, serei rápido. Nesta semana o *blog* Samuel Celestino,

depois da reunião com o governador, colocou uma matéria reputada a mim. Absolutamente! Quem me conhece nesta Casa sabe que o meu perfil é de diálogo. Tenho 22 anos de Parlamento e nunca tive desentendimento com colega nenhum. Jamais seria conivente ou estimularia uma agressão a qualquer parlamentar. Esse caso foi aventado na reunião não por mim, mas por uma questão pitoresca da Bahia. A minha resposta está hoje...

E aviso: quem me conhece sabe que não sou deputado de trabalhar pelas costas ou na calada da noite. Sou do enfrentamento das questões políticas, mas com ética, ordeiramente, para poder convencer pela palavra e pelo conhecimento profundo dos temas que trago para cá. É como temos discutido.

Parabenizo V.Ex^a pela questão do combate à dengue. É importante? É! O senhor como deputado ou médico e eu também, vamos seguir agora o exemplo de Juazeiro, onde estamos com zero caso de dengue por uma ação do Poder municipal.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar o orador por até 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Para a honra do nosso partido, Sr. Presidente, indico a figura extraordinária do deputado Álvaro Gomes por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelos 8 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- O nobre deputado Pedro Alcântara esqueceu de falar: é bom lembrar aqui que quem administra Juazeiro é o camarada Isaac, do Partido Comunista do Brasil, dando exemplo aí para a Bahia e o Brasil.

Mas eu gostaria, mais uma vez, de falar aqui sobre o projeto do Fisco, o de nº 17.713/2008.

O deputado Gaban aqui falou, aproximadamente, uma hora sobre esse projeto, mas confesso a todos vocês que as suas argumentações são extremamente frágeis, bastante frágeis.

Vejamos. Tivemos, aqui, em 2005, uma audiência pública, com a participação de centenas de fazendários, entre auditores e agentes de tributos e, naquela oportunidade, existia a proposta de carreira única, o que era unânime, não havia uma voz contrária àquela proposta daquele momento, que foi um momento rico em discussão.

Recentemente, também foi feita uma outra audiência pública, em novembro passado, onde houve o debate entre os defensores do IAF e entre os fazendários, que representam, não apenas os agentes de tributos, mas todos os fazendários, inclusive auditores fiscais.

Na realidade, o que os auditores, parte de auditores fiscais representados pelo IAF, defendem aqui, é uma defesa bastante inconsistente e tem feito uma propaganda extremamente equivocada. A proposta, o projeto de lei nº 17.713, não é um projeto de lei que esteja propondo a transformação de agentes de tributos em auditores fiscais.

Não é algo parecido com o que aconteceu no passado, quando analistas financeiros e administrativos foram transformados em auditores fiscais. O projeto não prevê isso, que é um absurdo e achamos que não deve acontecer. Naquela oportunidade, nós tivemos Sérgio, o diretor do IAF, Maurício Costa, e até o ex-secretário Albérico Mascarenhas nessa situação. (Palmas) Não é isso, esse projeto não é isso, não está sendo proposto isso.

Se coloca aqui de uma forma muito enfática, porém falsa, que existem um parecer da OAB e um parecer do Ministério Público. Isso não é verdade. A OAB não fez nenhum parecer para o projeto nº 17.713/2008, nenhum. Eu desafio aqui trazerem o parecer da OAB para o projeto. Até o momento, hoje, neste momento, a OAB não fez nenhum parecer para o projeto nº 17.713, em hipótese alguma.

Na realidade, a OAB fez um parecer para uma outra situação, que não diz respeito a esse projeto. Então, fez um parecer para um outro projeto que não é esse. O parecer da OAB, afirmo categoricamente, não é para esse projeto. E o parecer do Ministério Público também não é sobre esse projeto. Há uma pergunta com relação à questão da carreira única e, aí, o Ministério Público responde, mas não é o caso desse projeto.

Reafirmo, não existe parecer do Ministério Público nem da OAB relativo a esse projeto, que tem como objetivo otimizar o trabalho na Secretaria da Fazenda bem como agilizar, orientar e fiscalizar as empresas.

Alguns colocam que o agente de tributos será transformado em auditor fiscal. Isso não é verdade! Na realidade esse projeto prevê as atribuições dos auditores e dos agentes de tributos. Isso pode ser feito por lei, como é o caso dessa lei que foi enviada pelo Executivo. Não existe absolutamente nada de inconstitucional nisso.

Da maneira que está sendo dito, parece que o agente de tributos tem como única função a constituição de crédito. Já mencionei algumas vezes, volto a repetir agora, que a constituição de crédito é apenas uma das atribuições dos agentes de tributos.

Além da constituição de créditos para mercadoria em trânsito e para as pequenas e microempresas, os agentes de tributos têm como atribuição: (Lê) *“arrecadar receitas estaduais, efetuar vistorias e diligências para coleta de informações e documentos; realizar contagem física de estoques e examinar a respectiva documentação fiscal; coordenar e executar atividades de apoio técnico especializado na área tributária; executar atividades de captação, guarda e distribuição de recursos públicos estaduais; executar atividades de administração das aplicações no mercado financeiro dos recursos públicos estaduais, da dívida pública estadual e do patrimônio de títulos mobiliários do Estado; executar atividades relativas à operacionalização do sistema financeiro e de contabilidade; efetuar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado; subsidiar a elaboração de programação financeira do Estado; subsidiar a elaboração de Demonstrativos Contábeis do Balanço Geral do Estado, bem como os exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; planejar, coordenar e executar as demais atividades de apoio técnico especializado inerentes ao funcionamento da*

Secretaria da Fazenda nas áreas financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, previdenciária, tecnológica, de recursos humanos e de administração geral; e executar atividades que auxiliem o Auditor Fiscal no exercício de suas atribuições.”

Portanto, a função do auditor fiscal não é apenas a constituição de crédito. Esse projeto...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) é mais do que constitucional, justo e legítimo. Além disso, vem no sentido de melhorar a atuação da Secretaria da Fazenda para orientar, fiscalizar e evitar a sonegação fiscal. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o nobre deputado Valdeci.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra, por todo o tempo, o nobre deputado Professor Valdeci.

Convido o nobre deputado Ferreira Ottomar para substituí-lo aqui na Mesa.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, presentes às Galerias, aqueles que estão nos assistindo pelo *Canal Assembleia*, quero usar esta tribuna para comentar a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, fazer um apelo ao secretário da Agricultura para que olhe com carinho e atenção o pedido do território do Vale do Rio Grande e da Cooperativa Mista do Oeste, assim como do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Desidério para colaborar na organização da Feira da Agricultura Familiar, que acontecerá nos dias 24 e 25 de abril, no momento de qualificação dos trabalhadores rurais, de comercialização.

Quero aqui, pela primeira vez, nesta plenária, uma vez que só tenho 2 meses e pouco de mandato, manifestar a prioridade do nosso mandato com relação à agricultura familiar, principalmente na região que represento, a Região Oeste da Bahia, que são mais de 24% do território baiano. Queria, ao falar dos trabalhadores rurais, dar os parabéns a Cida, uma jovem trabalhadora rural do município de Brotas de Macaúbas, que no último dia 12 tomou posse como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Aí vai o abraço e os parabéns deste deputado.

Também ousou falar em nome da Central Única dos Trabalhadores, aquele sindicato a qual é filiada, dar os parabéns não só a ela como a toda diretoria eleita que tomou posse no último dia 12 de março, no município de Brotas de Macaúbas, assim como registrar e parabenizar Olderico, um dirigente da cooperativa, que trabalha com os mineradores daquele município. Estive com ele visitando a comunidade de Buriti, que foi palco da luta onde ceifaram a vida de Lamarca, um grande combatente, em 1971. Buriti Cristalino, no município de Brotas de Macaúbas. Fica aí o meu abraço e meus parabéns à luta daqueles trabalhadores e trabalhadoras.

Da mesma forma, também falando com relação aos agricultores e agricultoras familiares, recebi na semana passada um grupo de cooperados associados do Fundo de Pasto, aquela organização do município de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, fazendo uma série de reivindicações da Secretaria de Agricultura e outros órgãos para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais daqueles 2 municípios possam ser melhor atendidos. Então, fica aí o meu pedido de apoio e o meu abraço à luta daqueles agricultores familiares de ambos os municípios.

E, também dizer aqui, que na quinta-feira passada, estive no município de Barreiras na unidade da Universidade Federal da Bahia, onde discuti com a diretora e com os professores daquele núcleo universitário a criação da Universidade Federal do Oeste Baiano, que é uma luta que nasceu forte no território da Bacia do Rio Corrente, onde nós pleiteamos há vários e vários anos a unidade de ensino superior naquela região. Agora a nossa luta, uma vez instalada a Ufba em Barreiras, para que possamos trabalhar na criação da Ufba do Oeste Baiano, fica o meu apelo às autoridades estaduais e federais para que possam colaborar nesse nosso grande movimento.

Por fim, embora o deputado Adolfo Menezes não esteja aqui presente, queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento com relação também ao Semi-árido e dizer que, como membro da comissão temporária de assuntos territoriais, o convido para que possamos realizar um grande debate sobre o desenvolvimento não só do Semi-árido mas de toda a Bahia, para que possamos fazer o trabalho da política naqueles territórios, fazer o desenvolvimento regional de uma maneira social, econômica, ambiental e cultural para que as pessoas não tenham que sair e vir aos grandes centros.

É esse o meu pronunciamento. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não Há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do PMDB para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de nove minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou de o Democratas para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de nove

minutos. (Pausa.) Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do PT para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de nove minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

Sr. Presidente, queria que V.Ex^a procedesse a uma verificação de quórum para a continuação da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Solicito à 2^a Secretária que, por gentileza, proceda à verificação dos Srs. Deputados presentes.

A Sra. Antônia Pedrosa:- Sete deputados, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Haja vista a presença de apenas sete Srs. Deputados, e não havendo...em nome de Deus dou por encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*